

CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Planejamento e Contrôles

GPC/02

Belo Horizonte, Julho de 1970

DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA
DE DESENVOLVIMENTO

Visão qualitativa e quantitativa

Convênio CED/BDMG/ILPES

Introdução

I.	Papel de Minas Gerais no desenvolvimento nacional	1
II.	As linhas diretrizes para a economia mineira	5
III.	A imagem-objetivo	11
1.	Localização da população no espaço econômico	12
2.	Bases econômicas da estrutura espacial	17
3.	Redução da marginalidade e da subocupação	18
4.	Funcionalidade futura das regiões	19
a)	Região I: Metalúrgica e Campo das Vertentes	19
b)	Região II: Mata	21
c)	Região III: Sul de Minas	23
d)	Região IV: Triângulo e parte do Alto Paranaíba	25
e)	Região V: Alto São Francisco	27
f)	Região VI: Noroeste	29
g)	Região VII: Vale do Jequitinhonha	32
h)	Região VIII: Rio Doce	34
IV.	Mudanças quantitativas na estrutura econômica espacial e setorial	36
1.	Localização da população	41
a)	As mudanças durante o período 1950-1970	42
b)	Projeções básicas para o período 1970-1990	50
c)	Localização da população no espaço econômico	57
i)	No espaço econômico rural	57
ii)	No espaço econômico urbano	62
iii)	Síntese comparativa do espaço econômico para os períodos 1950-1970 e 1970-1990	66
2.	Magnitudes econômicas da estratégia	70
a)	Metas de crescimento global para 1990	71
b)	Redução das diferenças entre a renda urbana e a rural em 1990	78
3.	Redução da marginalidade	87
a)	Situação atual e metas globais para 1990	88
b)	Atenuação dos desequilíbrios inter-regionais	91
c)	As diferenças de produtividade entre regiões, urbana e rural	94

INTRODUÇÃO

Este documento sintetiza as orientações gerais de caráter interno que a Diretoria do GPC dirige às suas Divisões e Grupos de Trabalho para a formulação dos programas setoriais.

Os Coordenadores de Divisão do GPC, devem considerar estas diretrizes como pontos de referência flexíveis. Em consequência, na elaboração dos programas setoriais, surgirão naturalmente ajustamentos motivados pelos problemas específicos de cada atividade e pela análise de viabilidade das proposições, processando-se tais ajustamentos na medida em que não desvirtuem o papel que cada setor deve desempenhar na estratégia.

Mediante um processo de várias aproximações entre as proposições globais e as setoriais, chegar-se-á a um quadro mais sólido e preciso das diretrizes a serem submetidas ao Plenário Deliberativo do Conselho Estadual do Desenvolvimento.

I. PAPEL DE MINAS GERAIS NO
DESENVOLVIMENTO NACIONAL

I. PAPEL DE MINAS GERAIS NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A formulação de uma estratégia de desenvolvimento e sua materialização exige a definição de orientações básicas que situem o papel que Minas Gerais pode e deve desempenhar para o desenvolvimento do Brasil e para a solução de seus próprios problemas.

Como base preliminar para o processo de discussão em torno destas orientações, que requerem definições políticas a nível nacional, formulam-se as seguintes proposições a respeito do papel de Minas Gerais no desenvolvimento nacional.

- * 1. Contribuir para a política de exportações do país e para o abastecimento nacional dos produtos das indústrias básicas;
- * 2. Na linha de uma política nacional de descentralização industrial do Centro-Sul, avançar para novas etapas de elaboração industrial de seus produtos básicos;
- * 3. Desenvolver uma capacidade de criação de empregos e uma atração urbana suficiente para reter população, freiando os fluxos emigratórios para as metrópoles do litoral; e
- * 4. Participar no esforço nacional de penetração para o interior.

O primeiro papel baseia-se na notável aptidão que tem o Estado de Minas Gerais para abastecer o país dos produtos da grande indústria básica existente e em perspectiva (aço, alumínio, fertilizantes, papel e celulose), e em certas linhas de exportação (minério de ferro, nióbio, café, carnes, cereais, etc.). Esta função permitiu a consolidação de um grande centro urbano -Belo Horizonte- complementar ao desenvolvimento dos grandes polos nacionais (Rio e São Paulo).

No futuro, o desempenho desse papel seria consolidado, uma vez que, de um lado, Minas Gerais se transformaria em centro de pecuária de significação latinoamericana e, de outro, passaria a ser exportador de produtos manufaturados, ganhando maior sustentação para sua dinâmica de crescimento com a importância crescente dos mercados do interior do país.

O segundo papel responde à necessidade nacional de desconcentrar a economia industrial do Centro-Sul para aproveitar melhor as potencialidades do território brasileiro e atingir uma situação de maior harmonia regional no desenvolvimento. De outro lado, corresponde este papel a uma necessidade de Minas Gerais no sentido de resolver seus próprios problemas. Para tanto, Minas Gerais necessitará integrar verticalmente sua indústria, desenvolvendo a transformação e abastecendo seu próprio mercado interno.

O terceiro papel se relaciona à necessidade de corrigir a incapacidade da economia mineira em criar um eficiente nível de emprego o que, além de constituir um problema de magnitude crescente para o Estado, fomenta a emigração para as duas grandes metrópoles do Centro-Sul, agravando seu congestionamento urbano. Este papel reforça a necessidade de uma política de diversificação industrial e exige uma diretriz de desconcentração espacial da atividade econômica, com a criação de sistemas compostos por centros urbano-industriais, complementados por atividades primárias capazes de reter população.

O quarto papel se refere à contribuição do Estado aos novos centros de penetração do interior do país. Seu pressuposto repousa na constatação de que, longe de terem sido solucionados, se agudizam os problemas de congestionamento e saturação rural nos espaços já incorporados do Brasil (Nordeste, outras áreas), e das Zonas Sul e Mata do Estado de Minas Gerais. Isto indica que novos espaços rurais devem ser conquistados e novos centros urbanos, de significativa importância, devem ser impulsionados, visando à criação de novas oportunidades de emprego e ao aproveitamento da terra e da população abundantes. Assim como Belo Horizonte foi, e é, uma ponta de lança na conquista do interior, a economia mineira, ao integrar sua estrutura industrial e ampliar seu mercado interno, poderá ainda contribuir positivamente nesse processo por vários caminhos:

1. Impulsionando o crescimento de novos centros interiores dentro dos limites estaduais (Zona do Rio São Francisco e Triângulo);
2. Abastecendo os centros interiores dos produtos que, transitória ou não, seu tamanho e sua vocação natural não lhes permitem desenvolver;
3. Transformando-se em mercado muito importante para os atuais centros interiores do Brasil.

Dentro deste papel, assume relevância a criação de uma economia integrada na região Noroeste de Minas.

O desenvolvimento da zona do Vale do São Francisco -compreendida pelo Noroeste de Minas e Alto Sertão da Bahia- zona parcamente explorada na atualidade, pode desempenhar funções muito importantes para a solução dos problemas de emigração do Nordeste brasileiro e das regiões da Mata e do Rio Doce de Minas Gerais, bem como para o descongestionamento populacional futuro da própria região Metalúrgica.

A criação de uma nova zona dinâmica no Vale do São Francisco, capaz de absorver estas frentes populacionais excedentes, atrairia naturalmente a própria população rural que se encontra atualmente dispersa no Noroeste de Minas e Alto Sertão da Bahia. Para que este papel se cumpra eficazmente será necessário nuclear estas populações em centros urbanos e em áreas de agricultura intensiva de irrigação. Este papel exige e se relaciona, de modo direto, com o esforço conjunto nacional de interiorização do desenvolvimento que o país começa a intensificar. A ocupação desta zona do Vale do São Francisco será uma fase intermediária deste processo, fornecendo um ponto de fixação da população emigrante nordestina, justamente em área que é contígua ao Nordeste e que está em direção da corrente migratória Nordeste-Centro-Sul. O desenvolvimento desta agricultura intensiva de irrigação ao longo do Médio São Francisco dará, como contrapartida do esforço nacional, as bases para um crescimento auto-sustentado da região e para a integração do Nordeste com o Centro-Sul do país.

O desenvolvimento da zona do Vale do São Francisco -compreendida pelo Noroeste de Minas e Alto Sertão da Bahia- zona parcamente explorada na atualidade, pode desempenhar funções muito importantes para a solução dos problemas de emigração do Nordeste brasileiro e das regiões da Mata e do Rio Doce de Minas Gerais, bem como para o descongestionamento populacional futuro da própria região Metalúrgica.

A criação de uma nova zona dinâmica no Vale do São Francisco, capaz de absorver estas frentes populacionais excedentes, atrairia naturalmente a própria população rural que se encontra atualmente dispersa no Noroeste de Minas e Alto Sertão da Bahia. Para que este papel se cumpra eficazmente será necessário nuclear estas populações em centros urbanos e em áreas de agricultura intensiva de irrigação. Este papel exige e se relaciona, de modo direto, com o esforço conjunto nacional de interiorização do desenvolvimento que o país começa a intensificar. A ocupação desta zona do Vale do São Francisco será uma fase intermediária deste processo, fornecendo um ponto de fixação da população emigrante nordestina, justamente em área que é contígua ao Nordeste e que está em direção da corrente migratória Nordeste-Centro-Sul. O desenvolvimento desta agricultura intensiva de irrigação ao longo do Médio São Francisco dará, como contrapartida do esforço nacional, as bases para um crescimento auto-sustentado da região e para a integração do Nordeste com o Centro-Sul do país.

II. AS LINHAS DIRETRIZES PARA A
ECONOMIA MINEIRA

II. AS LINHAS DIRETRIZES PARA A ECONOMIA MINEIRA

As diretrizes de ação que Minas Gerais deve perseguir derivam, por um lado, do papel que tem a cumprir em relação à economia nacional e, por outro lado, da necessidade de resolver seus problemas internos e tirar o máximo proveito de suas potencialidades.

Sobre estes fundamentos, definem-se os seguintes objetivos:

- * 1. Desenvolvimento de uma estrutura econômica diversificada;
- * 2. Desconcentração espacial de seu próprio crescimento;
- * 3. Incorporação econômica do Noroeste;
- * 4. Apoio ao processo de penetração ao interior do país;
- * 5. Melhoria na distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

O primeiro objetivo se traduz na diversificação do parque industrial mineiro, na elevação do nível tecnológico de sua agricultura e da indústria tradicional, na intensificação do aproveitamento de sua vocação pecuária, hidro-elétrica e mineradora, acompanhada de um crescente grau de industrialização destas riquezas em seu território. O aproveitamento destas potencialidades redundará na constituição de um balanço mais equilibrado entre os diversos fatores que dinamizam o crescimento da economia mineira, assumindo maior importância o impulso do seu próprio mercado interno.

O segundo objetivo se destina em parte a corrigir as deformações que a estrutura espacial de Minas Gerais sofreria caso persistisse o padrão de desenvolvimento extremamente concentrado em Belo Horizonte. Mantidas as condições que explicam a tendência de Belo Horizonte a duplicar sua população decenalmente, a capital mineira aglomeraria a população de 6.000.000 de habitantes ao cabo de 20 anos.

Simultaneamente à concentração em Belo Horizonte, verifica-se uma dispersão da população em grande número de pequenas cidades, fenômeno sobretudo mais notório nas regiões que apresentam alto grau de saturação rural e que são também as regiões de urbanização mais acentuadamente dispersa e de crescimento urbano mais moderado. O tamanho destas cidades, seu equipamento urbano e estrutura industrial

e de serviços lhes impede de cumprir o papel de retenção das migrações rurais, relacionando-se, assim, com a concentração crescente na capital. A este processo se agrega a incapacidade de fixar população verificada nas regiões vazias ao norte do paralelo 18, cuja explicação está na deficiência das atividades produtivas primárias aí presentes.

A continuidade da tendência de concentração em Belo Horizonte, além de suas consequências de natureza urbanística, poderia acarretar o agravamento da situação de marginalidade, porque, entre outros motivos, a correspondente concentração do setor serviços conduziria inevitavelmente à sua prematura modernização, limitando seu decisivo papel gerador de emprego. Isto implica na definição de uma política para o setor de serviços que dosifique sua modernização, política que somente será possível no quadro da desconcentração urbano-industrial.

A desconcentração espacial se justifica, assim, como um meio de atingir objetivos sociais. Contudo, se fundamenta mais solidamente ainda no plano econômico, ao possibilitar um melhor aproveitamento das potencialidades das regiões mineiras. Além disso, lança os fundamentos que permitem alcançar a integração econômica do território mineiro, tendendo a reverter desta forma o modelo de funcionamento de sua economia, até aqui dinamizada pelo litoral.

A desconcentração da economia mineira deverá ser um reflexo de uma política nacional de desconcentração econômica do Centro-Sul do país e sua intensidade dependerá, em grande parte, desta política nacional.

Em síntese, a desconcentração espacial é básica para:

- a) Eliminar ou atenuar a saturação rural;
- b) Evitar o congestionamento de Belo Horizonte;
- c) Integrar economicamente o território mineiro;
- d) Viabilizar o uso das potencialidades de cada região;
- e) Elevar o nível de emprego e a produtividade nas zonas rurais;
- f) Evitar a modernização prematura dos serviços.

A concretização deste objetivo estará estribada numa política de descentralização urbano-industrial, de descentralização dos serviços públicos e de remanejamento da rede de transportes, comunicações e comércio.

A descentralização urbano-industrial se promoverá por quatro vias:

1. Dentro da região I, através do estímulo à formação de um sistema de centros urbano-industriais, complementares à Grande Belo Horizonte.

2. Em direção às regiões II (Mata) e III (Sul) utilizando sua posição intermediária em relação aos eixos Belo Horizonte-Rio e Belo Horizonte-São Paulo.

3. Em direção à região VI (Noroeste) em face de sua situação intermediária em relação às regiões Nordeste e Centro-Sul do país e aproveitando a mecânica dos incentivos fiscais.

4. Em direção à região IV (Triângulo) com suporte nos seus núcleos urbanos dinâmicos e recentes, que cumprem o papel de intermediação nas relações de São Paulo com o Centro-Oeste e, no futuro, serão responsáveis pelas relações de Belo Horizonte com o sul de Goiás e Mato Grosso, bem como pelas conexões com a nova economia da região VI (Noroeste).

O terceiro objetivo constitui um projeto ambicioso de incorporação à atividade econômica de uma vasta área que atualmente não tira o suficiente proveito de suas potencialidades. De fato, a criação de uma economia integrada ao longo do Vale do São Francisco pelo montante dos recursos a mobilizar e pela significação que poderá desempenhar para Minas e para o país, requer, antes de mais nada, a sua inclusão na pauta dos projetos nacionais. A magnitude de seu significado pode ser preliminarmente avaliada quando se contempla a área mineira ao longo do Médio São Francisco, de 800.000 hectares susceptíveis de irrigação. A extensão desta área irrigável permite implantar uma agricultura altamente tecnificada, com capacidade para aglomerar uma expressiva população rural de nível de renda relativamente alto. Por outro lado, em razão dos incentivos fiscais, o extremo-sul da região mineira do Polígono das Sêcas encontra condições propícias para a eclosão de um surto industrial, pelos seguintes motivos:

- a) Proximidade do mercado Centro-Sul;
- b) A dimensão do seu raio de ação dinâmica determinada pelo transporte fluvial;
- c) Proximidade das matérias primas e dos semi-acabados da região I (Metalúrgica);
- d) Possibilidade de abastecer de produtos agrícolas e agro-industriais o Nordeste e o interior do país.

A longo prazo, por sua capacidade de atração de população do Nordeste e de outras regiões de Minas, esta região do Vale do São Francisco deverá conformar seu próprio mercado interno de importância significativa, o que lhe dará novas bases dinâmicas de crescimento.

Conseqüentemente, não se trata de um projeto de colonização mas sim de ocupação econômica de um novo espaço que integrará a base agrícola altamente tecnificada com os centros urbano-industriais, serviços por um sistema de comunicações fluvial e terrestre.

Para Minas Gerais, a função desta região está intimamente associada aos objetivos anteriormente enumerados. É significativo o papel desta região para que Minas realize a desconcentração espacial de sua economia e a diversificação e integração de sua indústria.

A tese que sustenta este objetivo se fundamenta na proposição de que as vantagens das economias externas das zonas já industrializadas não são fatalmente definitivas e excludentes de novas decisões políticas. De fato, tais vantagens podem ser criadas em novas zonas, com eficácia econômica a longo prazo, especialmente quando, durante o período de sua criação, se conta com incentivos fiscais tão importantes como no caso focalizado.

O quarto objetivo se refere ao papel que Minas poderá desempenhar diante da perspectiva de uma política de desenvolvimento interior do país. Este papel se concretizará em várias funções de suporte que a economia urbana mineira oferecerá aos centros emergentes de desenvolvimento localizados no interior.

a) Primeiro, Minas aproximará a urbanização mais ao interior, colocando ao alcance destes centros toda uma gama de serviços urbanos, aí incluída a disponibilidade de recursos humanos de alguma qualificação, necessários à sustentação do desenvolvimento interior.

b) Segundo, propiciará o apoio industrial às frentes de ocupação do território, especialmente no fornecimento de insumos ao setor de construção (cimento, ferro, e outros materiais de construção), e à realização de obras de infraestrutura, bem como no abastecimento de outros produtos industriais.

c) Terceiro, abrirá às regiões interiores do país, o exercício de função de abastecimento do expressivo mercado urbano mineiro, especialmente da região I (Metalúrgica), onde está situada Belo Horizonte e sua rede urbana.

Este tipo de complementariedade entre Minas e o restante do interior existirá até o ponto em que o crescimento do próprio mercado interior determinar a emergência de uma nova fase no processo de desconcentração da economia nacional, com integração econômico-espacial do país a nível mais elevado.

O quinto objetivo destaca a necessidade de melhorar a distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

A economia mineira se tem desenvolvido com tendências a concentrar os frutos do crescimento acentuando os problemas de marginalização de setores populacionais urbanos e de saturação rural. Tanto do ponto de vista social como segundo bases estritamente econômicas, oriundas da necessidade de dinamizar o mercado interno, é conveniente modificar estas tendências. Para este objetivo contribuirá, por um lado, a mesma desconcentração da atividade econômica propugnada, que terá efeitos positivos como fator atenuante de saturação rural e do processo de marginalização urbana; por outro lado, o ritmo de crescimento sustentado por uma base econômica mais diversificada, atuará positivamente sobre as tendências futuras do emprego. A desconcentração econômica e a criação de empregos constituem as bases de uma política de melhor distribuição dos frutos do desenvolvimento.

A diretriz de industrialização consistente em diversificar e desconcentrar espacialmente a produção e simultaneamente acelerar a urbanização criará, por seu lado, condições para alterar a estrutura fundiária, que em algumas regiões é o principal fator das desigualdades distributivas.

III. A IMAGEM-OBJETIVO

III. A IMAGEM-OBJETIVO

Com base nos objetivos definidos anteriormente e, visando alcançar ao fim de 20 anos um grau de desenvolvimento mais acentuado, se propõe a imagem-objetivo de 1990 com as características seguintes:

1. Localização da população no espaço-econômico

a) Crescimento da população

É provável que em 1990 a população do Estado atinga de 21 a 22 milhões de habitantes, sendo aproximadamente 15,5 milhões no meio urbano e 6 milhões no rural. Isto implicaria alcançar um grau de urbanização superior a 70 per cento da população total, cifra significativa se comparada com a atual situação em que a população urbana é levemente superior a 50 per cento do total.

Fato importante no crescimento demográfico das duas próximas décadas, será a redução das emigrações populacionais. Com efeito, a taxa enigratória que vinha se reduzendo paulatinamente nas décadas passadas, alcançaria uma situação de neutralidade por volta de 1990.

Estas condições demográficas fariam com que a taxa de crescimento total da população para o período 1970-90 alcance 2,7 per cento anual acumulativo, como resultante de dois efeitos compensadores: por um lado, o decréscimo da taxa natural e, por outro, seu aumento por redução da emigração.

b) Localização da população no espaço econômico rural

Verifica-se nos últimos anos, uma diminuição no ritmo de crescimento da população rural (0,9 per cento acumulativo anual no período 1950-60 e 0,3 per cento acumulativo anual no período 1960-70), fato que indica uma probabilidade de que na década de 70 a população anual comece a decrescer em termos absolutos. Prognostica-se para 1990 uma população rural menor que a atual, isto é, de 6.2 milhões em 1970 passaria a 5.8 milhões em 1990, com uma taxa média de -0,3 per cento acumulativo anual.

A concentração atual da população rural nas regiões de ocupação econômica mais antiga do Estado, coloca importantes problemas de excedentes populacionais correspondentes a quase metade da população rural total do Estado. Consequentemente, se impõe a necessidade de promover a realocação daqueles excedentes. Dentro deste quadro distinguem-se regiões altamente expulsoras (VIII, II, VII, I) - com decréscimo de população rural a taxas que variam de -2,7 por cento acumulativo anual a -0,4 por cento acumulativo anual no período 1970-90, daquelas que seriam absorvedoras de população (IV, V, VI), cujas taxas de crescimento para o mesmo período estariam entre 4,4 a 0,8 por cento acumulativo anual.

Este novo padrão de localização da população rural incidiria sobre a área potencialmente explorável no Estado, a fim de que a relação homem/terra mude fundamentalmente. Com efeito, esta relação que em 1970 gira em torno de 159 habitantes rurais por Km², com diferenças bem acentuadas entre regiões (de 43 a 570 habitantes rurais/Km²), deverá alcançar em 1990 a uma média não superior a 90 habitantes rurais/Km² e com variações regionais moderadas. O aumento significativo da área explorada exigido pela diminuição da relação homem/terra, se faria a taxas em torno de 2,5 por cento acumulativo anual, e com maior ênfase nas regiões absorvedoras de população rural (superior a 3 por cento acumulativo anual).

c) Localização da população no espaço econômico urbano

A fim de que o alto crescimento populacional urbano tenha efeito significativo sobre a renda por habitante e sobre o fortalecimento do padrão espacial rural, se impõe uma mudança nas tendências de distribuição espacial da urbanização. A idéia básica consistiria no desenvolvimento urbano de várias áreas estratégicas do Estado, com a formação de sistemas regionais, que a longo prazo viriam constituir uma rede urbana estadual.

Desse ponto de vista, além da região I que continuaria a ser a principal absorvedora da população urbana em termos absolutos, se destacariam novas regiões de alta capacidade de absorção (IV e VI) cujas taxas de urbanização seriam superiores a 5 por cento acumulativo anual.

A urbanização resultante destas diretrizes poderiam classificar-se conforme a seguinte topologia:

i) Rêde integrada de cidades, constituída por um conjunto de cidades de porte significativo que se complementam no atendimento das funções urbanas a tóda uma região, sem dispersão de monta em pequenos povoados.

ii) Rêde de continuidade urbana interpolar, composta por múltiplas cidades pequenas e médias espacialmente distribuídas na forma de uma continuidade das influências urbanas cuja gravitação é predominantemente externa à região, por sua situação intermetropolitana, e cujos modos de vida rural e urbano são escassamente diferenciáveis.

iii) Rêde de urbanização em faixas, configurada por cidades e povoados que se desenvolvem sob o influxo e ao longo de uma importante via de transportes deixando sem cobertura urbana grandes áreas rurais da região.

Combinando esta tipologia de rêsdes urbanas com a natureza da gravitação urbana a ocorrer no Estado, formar-se-iam nas regiões os seguintes sistemas urbanos:

Natureza gravitação urbana Rêsdes urbanas	Metrôpole	Centro de gravitação regional	Centro importante sem função integradora	Ausência de centro importante e sem gravitação interior
1. Rêsde integrada de cidades	I	IV		
2. Rêsde de continuidade urbana interpolar		III	II	
3. Rêsde de urbanização em faixas		VI VIII	V	VII

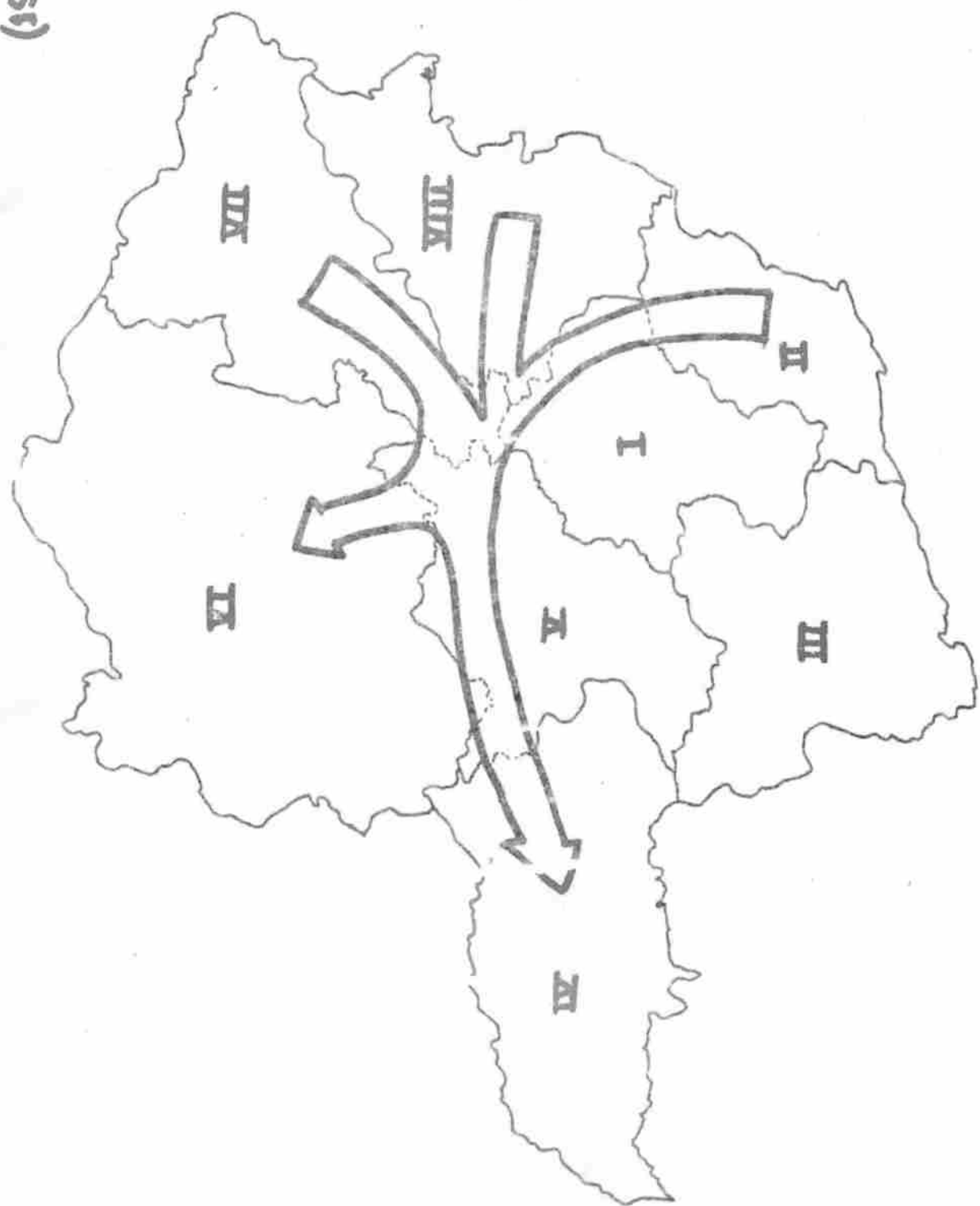
As características destes sistemas regionais se explicitam no esquema seguinte.

MINAS GERAIS - SISTEMA URBANO DO ESTADO EM 1990

Regiões	Características do sistema	Cidades principais e seus tamanhos em 1990
I	Sistema metropolitano com rede integrada de cidades complementares à Metrópole	<ul style="list-style-type: none"> -Grande Belo Horizonte: cerca de 3,5 milhões de habitantes -Quatro cidades: 200.000 a 250.000 cada uma
II	Sistema de continuidade urbana interpolar, sob atração das metrópoles Belo Horizonte e Rio	<ul style="list-style-type: none"> -Centro importante próximo aos 450.000 habitantes sem função integradora regional
III	Sistema de continuidade urbana interpolar com centro de gravitação regional limitado pela atração das metrópoles Belo Horizonte e São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> -Centro de gravitação regional: 200.000 a 250.000 habitantes -Três cidades de 100.000 a 150.000 cada uma
IV	Rede integrada de cidades com gravitação regional	<ul style="list-style-type: none"> -Dois centros principais: 300.000 a 400.000 habitantes cada um. -Três cidades de 100 a 200.000 habitantes cada uma
V	Rede de urbanização em faixas com centro importante sem função integradora regional	<ul style="list-style-type: none"> -Um centro importante em função integradora: 200.000 habitantes -Cidades médias ao longo dos eixos Belo Horizonte-Triângulo; Triângulo-Pirapora; Belo Horizonte-Pirapora-Brasília
VI	Rede de urbanização em faixas com centros de gravitação regional	<ul style="list-style-type: none"> -Dois centros de 350 a 450.000 habitantes cada um -Várias cidades ao longo das vias de transporte fluvial e terrestre

Regiões	Características do sistema	Cidades principais e seus tamanhos em 1990
VII	Sistema de urbanização em faixas sem centro de gravitação interna	-Faixas ao longo das BR-367 e BR-116
VIII	Sistema de urbanização em faixas com centro de gravitação regional	-Centro de gravitação regional 352 a 400.000 habitantes -Três cidades de 100 a 200.000 habitantes cada uma
Estado	Sistema com um polo nacional de porte metropolitano e com sistemas regionais diversificados, tendendo a integração em uma rede urbana estadual	-Polo nacional: Grande Belo Horizonte -Dez cidades entre 200 e 500.000 habitantes cada uma -Vinte e duas (22) cidades de 100 a 200.000 habitantes cada uma

(1970-1991)



2. Bases econômicas da estrutura espacial

A localização populacional proposta surtirá efeito na dependência de que aumente substancialmente a renda média por habitante de Minas Gerais e diminuam os desequilíbrios entre as rendas das regiões e as dos setores urbano e rural. Como marco de referência a renda per capita deverá atingir, por volta de 1990, aproximadamente Cr\$ 3.300,00 (US\$ 700 por habitante), o que equivale ao dobro da atual. Similarmente, as disparidades das rendas per capita por regiões, que atualmente se caracterizam por relações de 7 por 1 entre a máxima e a mínima, deverão diminuir até a relação de 3 : 1 entre os extremos. Por sua vez, os desequilíbrios atuais entre as rendas per capita urbana e rural, que apresentam uma relação de 4,5 para 1, diminuiriam nos próximos 20 anos, até a razão de 2,8 para 1.

Estes objetivos de renda por habitante implicam, por um lado, uma mudança significativa na estrutura da atividade econômica em 1990. O setor manufatureiro deverá gerar quase a terceira parte do produto do Estado, e por outro, deverá acentuar-se a aptidão pecuária do Estado por meio de um aumento significativo do estoque de gado (23 a 30 milhões de cabeças em 1990), e um aumento, também substancial, dos rendimentos por cabeça. Por outro lado, estes objetivos de renda média deverão mudar a contribuição regional ao produto do Estado. A região I decresceria levemente sua importância relativa muito embora continuaria contribuindo com quase metade do produto total do Estado. Deverá surgir uma nova região econômica (região VI) que passaria a gerar mais de 10 por cento da atividade do Estado, constituindo-se na principal região agropecuária (quase 1/5 da produção agropecuária total) e em uma região industrial importante gerando 7 por cento do produto industrial total. Finalmente, destaca-se o fortalecimento das regiões IV e III, que gerariam mais de 20 por cento do produto total do Estado, e cerca de 20 por cento do produto industrial.

Estas quatro regiões destacadas contribuiriam com quase 80 por cento da atividade econômica de Minas Gerais.

3. Redução da marginalidade e da subocupação

Neste problema de marginalidade atual se sintetiza a característica do sub-desenvolvimento de Minas Gerais e sua superação constitui objetivo de fundo da estratégia. Com efeito, atualmente de cada 100 pessoas ocupadas, 60 estão em condições de subocupação.

Como a meta de redução do subemprego é um terço da anterior (20 por cento), haverá necessidade de quase triplicar a ocupação equivalente no total da economia. Este esforço deverá ser bem mais acentuado na área urbana, onde se quadruplicará a ocupação equivalente em 1990.

Esta meta de redução da subocupação significa mudanças importantes na distribuição setorial do emprego em 1990.

A redução da participação do emprego rural no total (52 por cento em 1970 a menos de 30 por cento em 1990), corresponderá o aumento na participação da ocupação urbana. A contribuição do setor serviços na formação do emprego deverá passar de 1/3 atual para mais da metade em 1990. A expansão da ocupação industrial (de 7 por cento em 1970 para 10 por cento em 1990) atuará com efeito multiplicador sobre o setor serviços, o que justifica, em parte, a relevância de sua participação na formação do emprego total.

Aqui convém explicitar o papel a ser exercido pelo setor serviços na estratégia. Seus segmentos dependentes dos setores produtores de bens terão que aumentar sua eficiência paralelamente a do setor industrial e agropecuário, para evitar que o ganho em eficiência nestes setores seja anulado pela ineficiência nestes segmentos. Em consequência, a expansão de emprego nestes segmentos não deverá ser feita em prejuízo de sua eficácia. Em contrapartida, os serviços que não tem uma vinculação tão estreita com os setores produtores de bens, terão a responsabilidade de contribuir às metas de emprego.

Por outro lado, para alcançar as metas de redução da subocupação no Estado, também serão necessárias mudanças na contribuição das regiões à ocupação. Tal se refletirá principalmente no aumento do emprego nas regiões IV e VI, que deverão passar sua participação no emprego total de 18 por cento em 1970 a quase 27 por cento em 1990, modificação que emana das metas de atividade econômica para estas regiões.

Por outro lado, o Estado não deve se propor somente a reduzir a marginalidade criando mais empregos, mas também aumentar o produto por pessoa ocupada. Neste sentido, o crescimento do produto total a 7 por cento acumulativo anual se explica por um crescimento de mais de 4 por cento acumulativo anual na produtividade e de quase 3 por cento acumulativo anual na ocupação. Destacam-se diferenças entre a economia rural e a urbana. Na primeira, a ocupação terá que decrescer, segundo a taxa de 0,3 por cento acumulativo anual, e a produtividade crescerá a 5,2 por cento acumulativo anual -taxas que se explicam em consequência do decréscimo da população rural. Na economia urbana, a produtividade deverá ter um aumento anual médio em torno de 2,5 por cento anual e a ocupação crescerá aoredor de 4,8 por cento acumulativo anual.

4. Funcionalidade futura das regiões

a) Região I: Metalúrgica e Campo das Vertentes

Região que, por volta de 1990, deverá acentuar o seu caráter de polo nacional como abastecedora de produtos das indústrias básicas e de suas derivadas. Belo Horizonte deverá desconcentrar seu processo de urbanização com vistas a formar uma rede urbana exterior tendo por base a integração vertical da indústria na própria região. Como parte do processo de descentralização industrial do Estado, a região deverá estabelecer interrelações industriais, principalmente com as regiões VI, III e II. Sua própria desconcentração urbana e a atração da região VI contribuirão à atenuação dos problemas atuais de marginalidade urbana.

REGIAO I - METALURGICA E CAMPOS DAS VERTENTES

Características de polarização	Centros principais	Atividades econômicas principais	Mercados
<p>-Região fortemente polarizada como centro urbano-industrial de significação nacional e integrada numa rede de centros urbano-industriais complementares que evitem o congestionamento do Grande Belo Horizonte</p>	<p>-Belo Horizonte como principal do Estado</p>	<p>-Indústrias básicas de alcance nacional aproveitando seus recursos naturais</p>	<p>-Nacional</p>
<p>-Dinamizada em parte pelo eixo Rio-São Paulo; em parte por seu mercado interno crescente. Por sua vez se constituirá em ponto de apóio, como abastecedora de produtos intermediários, e como mercado principal ao novo centro industrial de Pirapora</p>	<p>-Barbacena, Cons. Lafaiete, Divinópolis, Sete Lagoas, São João del Rei, Itauna, Ipatinga, deverão suportar o processo de descentralização da rede urbano-industrial da região</p>	<p>-Mineração em grande escala (ferro) -Bens de capital (especialmente equipamentos para mineração) -Indústrias de bens intermediários de transformação, derivadas de seus produtos básicos</p>	<p>-Exterior e nacional -Nacional -Nacional</p>
		<p>-Estrutura diversificada das indústrias produtoras de bens de consumo -Agricultura e pecuária diversificadas, intensivas e altamente tecnificadas -Grande centro financeiro, administrativo e de serviços</p>	<p>-Própria região e Estado -Belo Horizonte e outros centros urbanos da região -Nacional</p>

b) Região II: Mata

Região de concentração das indústrias tradicionais e de agropecuária altamente intensiva e tecnificada que desempenharão um papel importante no abastecimento da Guanabara, do litoral Capixaba e da região I.

Deverá continuar deslocando população para as outras regiões a fim de compatibilizar a modernização de sua atividade econômica com as metas de emprego e de renda.

b) Região II: Mata

Região de concentração das indústrias tradicionais e de agropecuária altamente intensiva e tecnificada que desempenharão um papel importante no abastecimento da Guanabara, do litoral Capixaba e da região I.

Deverá continuar deslocando população para as outras regiões a fim de compatibilizar a modernização de sua atividade econômica com as metas de emprego e de renda.

REGIAO II - MATA

Características de polarização	Centros principais	Atividades econômicas principais	Mercados
<p>-Região que manterá uma urbanização dispersa e um lento crescimento de sua população total. Sem centro de gravitação próprio e polarizada externamente por Belo Horizonte e Rio</p>	<p>-Juiz de Fora reforçará sua situação de maior centro urbano-industrial da região, deverá ter seu crescimento estimulado para absorver população da região aproveitando sua posição entre a região I e o mercado do Rio</p> <p>-Vários centros de tamanho médio sem constituir uma rede integrada funcionalmente</p>	<p>-Agroindústria açucareira, a partir de sua remodelação</p>	<p>-Estado</p>
<p>-Região que deverá acelerar seu processo de urbanização e continuar a expulsar população rural</p>		<p>-Indústria de laticínios, a partir de sua remodelação</p> <p>-Indústrias alimentares em geral, a partir de sua remodelação</p>	<p>-Estado e mercado na</p> <p>-Estado e mercado na</p>
		<p>-Especialização baseada na modernização da indústria têxtil e de vestuário</p> <p>-Indústria metal-mecânica</p> <p>-Indústrias cerâmicas</p> <p>-Agricultura e pecuária de pequenas propriedades de cultivo intensivo, com irrigação suplementar onde possível e dirigida às agroindústrias, aos mercados urbanos locais e, especialmente a Rio, Vitória e Belo Horizonte</p>	<p>-Estado e mercado na</p> <p>-Mercado estadual e tualmente nacional</p> <p>-Rio, Vitória, Belo Horizonte e própria região</p>

c) Região III: Sul de Minas

Região que, pela sua situação intermediária entre São Paulo e a Região I, aproveitará a descentralização industrial futura de ambos, para atrair parte da indústria de transformação derivada da indústria básica com o objetivo de melhorar a posição de Minas Gerais em seu intercâmbio com São Paulo.

REGIÃO III - SUL DE MINAS

Características de polarização	Centros principais	Actividades económicas principais	Mercados
<p>- Situação intercalar entre Belo Horizonte e São Paulo, podendo aproveitar a descentralização industrial de ambos os polos</p> <p>- Alto grau de urbanização difundida em muitos centros de porte médio, com a directriz de acentuar a polarização em torno de um núcleo urbano que seja capaz de irradiar os seus efeitos sobre a região</p> <p>- Região de lento crescimento da população e rápido crescimento da urbana</p>	<p>- Itajubá, Lavras, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Três Corações, Varginha</p> <p>- Localização do polo irradiador, ainda não definida em alguma destas cidades</p>	<p>- Indústrias básicas (alumínio, celulose, fertilizantes)</p> <p>- Indústrias de bens de capital e intermediários (mecânica pesada, ligas de alumínio, refratários, etc.)</p> <p>- Indústria de laticínios</p> <p>- Indústrias de componentes de bens de consumo durável</p> <p>- Indústrias tradicionais com problemas de renodclação</p> <p>- Agroindústria</p> <p>- Produção florestal de madeiras para celulose e papel</p> <p>- Agricultura especializada em café, fruticultura de clima temperado e horticultura</p> <p>- Pecuária leiteira e suinocultura</p> <p>- Pesca (em Furnas)</p> <p>- Grande produtora de energia eléctrica</p> <p>- Turismo nas estâncias hidrominerais</p>	<p>- Nacional e possível exterior</p> <p>- Mercado nacional</p> <p>- Centro de Minas e Paulo-Rio</p> <p>- Centro de Minas e Paulo-Rio</p> <p>- Mercado local</p> <p>- Nacional</p> <p>- Insumo para indústria local</p> <p>- Exportação e mercado interno de Minas G</p> <p>- Insumo para indústria local</p> <p>- Mercado interno de</p> <p>- Sistema nacional</p> <p>- Nacional</p>

d) Região IV: Triângulo e parte do Alto Paranaíba

Região de base agropecuária e agroindustrial que reforçará sua tendência natural como região de abastecimento e de intermediação da produção de Goiás para São Paulo, complementando-a de maneira crescente com o abastecimento da região I.

REGIÃO IV - TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍÇA

Características de polarização	Centros principais	Atividades econômicas principais	Mercados
<p>-Área de polarização reflexa a partir do desenvolvimento de São Paulo e região I, com centros de irradiação interna à própria região.</p> <p>-Área de urbanização recente, com alta taxa de crescimento da população urbana</p> <p>-Área de intermediação entre São Paulo e Goiás e Mato Grosso para abastecimento agropecuário a São Paulo</p>	<p>-Uberaba, Uberlândia, Arayá e Ituiutaba</p> <p>-Equipamento urbano moderno que facilita sua expansão futura</p>	<p>-Pecuária de carne extensiva nos cerrados e intensiva nas melhores terras</p> <p>-Agricultura tecnificada e mecanizada</p> <p>-Indústrias de base especializada em Araxá (fosfatos, nióbio, radioatividade, etc.)</p> <p>-Agroindústrias a base de carne, curtumes, grãos, açúcar</p> <p>-Indústrias tradicionais diversificadas, de alcance local</p> <p>-Principal centro de reprodutores bovinos</p>	<p>-Fundamentalmente São Paulo e insumo de indústrias locais</p> <p>-Região I, São Paulo e local</p> <p>-Nacional</p> <p>-Mercado nacional</p> <p>-Mercado da própria região</p> <p>-Mercado nacional e externo</p>

e) Região V: Alto São Francisco

Região circundada por forte irradiação urbana. De base agropecuária altamente tecnificada, com agroindústrias que se desenvolverão ao impulso da dinâmica da região I. A especialização da região V na metalurgia do zinco, de significação nacional, permitirá a complementação das indústrias metal-mecânicas das regiões I e VI.

REGIÃO V - ALTO SÃO FRANCISCO

Características de polarização	Centros principais	Atividades econômicas principais	Mercados
<p>-Região de crescimento induzido pelas regiões I, IV e VI</p> <p>-Não requer polarização interna porque estará bem conectada aos polos dinâmicos das regiões mencionadas</p> <p>-Urbanização, com alta taxa de crescimento, com poucos centros de tamanhos médios, e com tendências a formar faixas de irradiação urbana ao longo das principais rodovias</p> <p>-A longo prazo e como segunda fase da descentralização da região I (depois de 1990) tenderá a estabelecer uma polarização interna</p>	<p>-Centros urbanos distribuídos na poligonal de irradiação urbana definida por: Belo Horizonte, Curvelo, Pirapora, Barreiro Grande, Patos de Minas, Uberlândia, Araxá, Campos Altos, Luz e Belo Horizonte</p> <p>-Patos de Minas por sua potencialidade e como entroncamento importante da rede rodoviária nacional tenderá a ampliar sua área de influência, polarizando parte da própria região e das regiões IV e VI</p>	<p>-Agricultura altamente tecnificada e diversificada com frequentes áreas irrigadas</p> <p>-Pecuária mista e suinocultura</p> <p>-Algumas áreas especializadas na produção de reprodutores bovinos</p> <p>-Agroindústrias à base de leite, carne, grão, oleaginosas</p> <p>-Piscicultura</p> <p>-Reflorestamento para proteção às bacias hidrográficas e produção de carvão vegetal e celulose</p> <p>-Metalurgia do zinco</p> <p>-Indústria de celulose</p> <p>-Indústrias tradicionais relativamente dispersas</p>	<p>-Região I e grãos para mercado nacional e exterior</p> <p>-Região I e insumo à indústria local</p> <p>-Nacional</p> <p>-Mercado nacional</p> <p>-Brasília e Região I</p> <p>-Carvão às siderúrgicas gusa no Estado</p> <p>-Nacional, regiões I e VI</p> <p>-Nacional</p> <p>-Estadual</p>

f) Região VI: Noroeste

Região que, se definida como projeto nacional, criará uma nova economia integral, cujo objetivo básico é constituir uma área de atração intermediária entre o Nordeste e o Centro Sul e entre Belo Horizonte e o interior do país. Sua produção estará orientada para o mercado nacional e, a longo prazo, seu próprio mercado atingirá uma importância significativa.

REGIÃO VI - NOROESTE

Características de polarização	Centros principais	Atividades econômicas principais	Mercados
<p>-Região que, por suas condições, deve ser proposta como projeto de significação nacional</p> <p>-Terá polarização marcada em Pirapora e Montes Claros, com urbanização acelerada e por irradiação ao longo do Médio São Francisco</p> <p>-Atividade rural estreitamente associada ao processo de urbanização pela sua técnica e nível de renda</p> <p>-Centro urbano-industrial intermediário entre o Nordeste e o Centro-Sul, com grande capacidade de atração de população de outras regiões de Minas e do Nordeste</p> <p>-Uma das pontas de lança para o processo de ocupação e desenvolvimento do interior do país</p>	<p>-Pirapora tem condições para se configurar como centro urbano de grande importância</p> <p>a) A médio prazo por ser o extremo sul da área de incentivos da SUDENE e por sua proximidade dos recursos da indústria básica do Estado se transformaria em centro de indústria de transformação para o mercado mineiro</p> <p>b) A longo prazo, por sua posição geográfica no contexto nacional, dará origem e sustentação a uma das frentes de interiorização do desenvolvimento nacional</p> <p>-Perspectiva de formação de uma rede de cidades ao longo do São Francisco</p> <p>-Continuação do desenvolvimento das cidades na zona de influência de Brasília, como Paracatu, Unaí, etc.</p>	<p>-Agricultura de irrigação de grande escala tendo como requisito a modificação da estrutura fundiária</p> <p>-Pecuária extensiva de carne com engorda intensiva e reservas de forragem irrigadas</p> <p>-Agroindústrias (Óleos vegetais, fibras, grãos, açúcar, carnes e derivados, etc.)</p> <p>-Indústrias, na 1ª. fase (até 1990), indústrias relativamente intensivas em capital, aproveitando os incentivos da SUDENE de transformação de matérias primas e produtos intermediários provenientes de outras regiões</p> <p>-Indústrias de apoio à criação de infraestrutura regional (materiais de construção, estaleiros, implementos ligados à atividade de irrigação, etc.)</p>	<p>-Belo Horizonte e Região Brasília e interior do São Paulo, Nordeste e as indústrias locais</p> <p>-Mercado nacional e indústria local</p> <p>-Mercado nacional</p> <p>-Centro-Sul e interior país</p> <p>-Regional</p>

REGIÃO VI (Cont.)

Características de polarização	Centros principais	Atividades econômicas principais	Mercados
	<p>-Montes Claros continuará a desempenhar seu papel irradiador em relação ao sertão mineiro e área baiana adjacente</p>	<p>-Turismo</p> <p>-Na segunda fase (após 1990) indústrias diversificadas dinamizadas pelo desenvolvimento do Médio São Francisco</p> <p>-Ampliação da área de agricultura de irrigação, altamente tecnificada, podendo alcançar até 800 mil hectares</p>	<p>-Nacional</p> <p>-Mercado interno da região e Médio São Francisco</p> <p>-Centro-Sul</p>

g) Região VII: Vale do Jequitinhonha

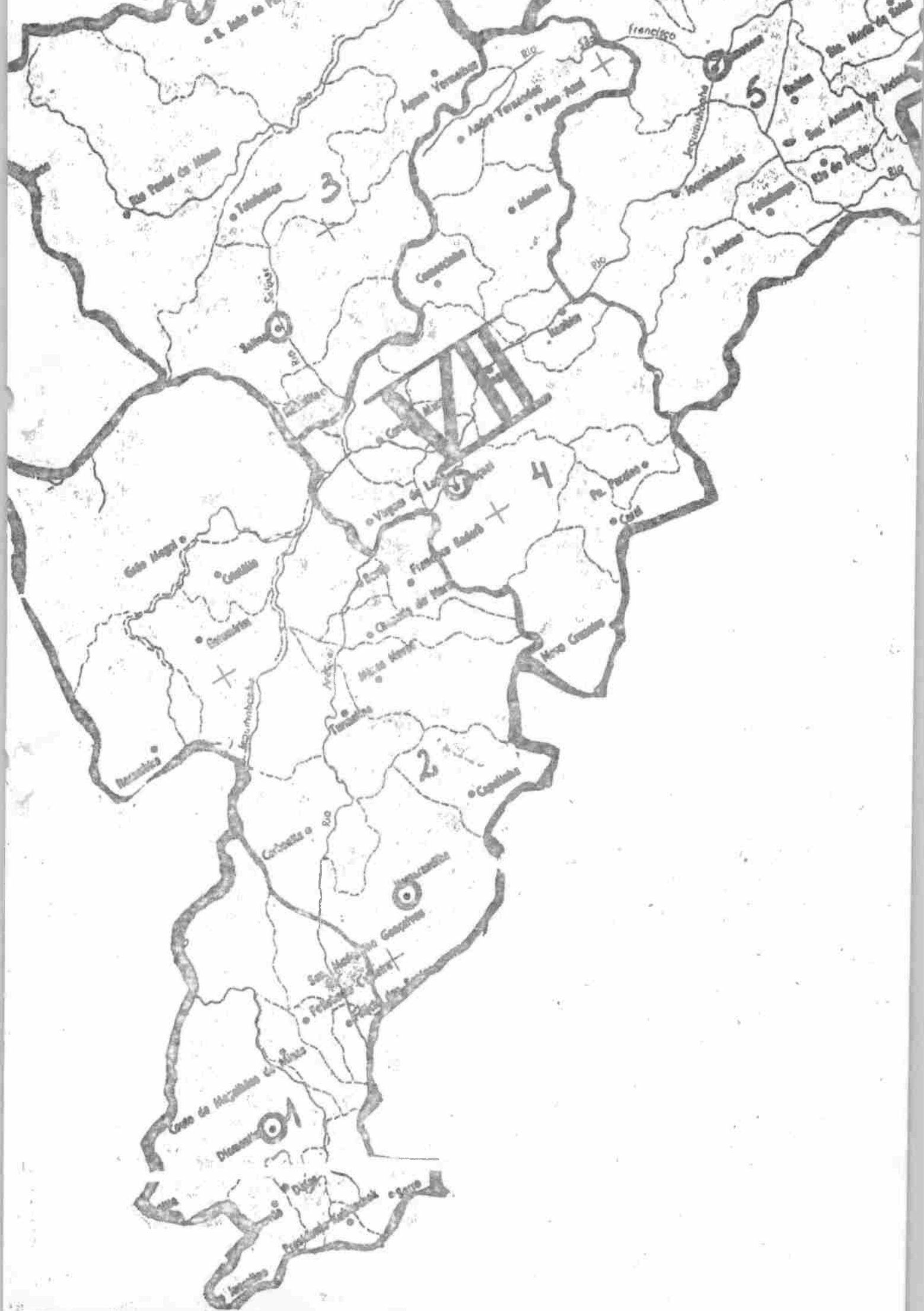
Região especializada na pecuária bovina e de corte, em parte dirigida às exportações e em parte ao mercado nacional. Para solucionar seus problemas sociais deverá modificar sua estrutura fundiária e complementar sua atividade pecuária com a agricultura em áreas específicas.



Características de polarização	Centros principais
<p>-População urbana reduzida com numerosos povoados rurais nucleando a população agrícola complementar à atividade pecuária</p> <p>-Centro urbano moderado em Araçuaí apoiado na agricultura de irrigação e atividade de serviços</p> <p>-Centro urbano moderado em Diamantina polarizado por Belo Horizonte, tendo por base o turismo e as atividades educacionais</p>	<p>-Araçuaí deverá ser dinamizada como centro urbano regional aproveitando sua posição de entroncamento rodoviário nacional</p> <p>-Necessidade de criação de infraestrutura urbana básica</p>

II - EQUITIMONHA

Atividades econômicas principais	Mercados
<p>-Pecuária de corte extensiva com núcleos especializados na produção de reprodutores</p>	<p>-Mercado nacional para reprodutores bovinos e carne para outras regiões de Minas Gerais</p>
<p>-Agricultura de irrigação em Araçuaí (máximo 50.000 ha.)</p>	<p>-Mercado interno da região</p>
<p>-A extensão da área propícia ao cultivo do abacaxi suportaria uma industrialização em grande escala</p>	<p>-Mercado internacional</p>
<p>-Atividade de comércio e outros serviços e indústrias ligadas à pecuária</p>	<p>-Mercado interno da região</p>
<p>-Turismo em Diamantina e São João del-Rei</p>	<p>-Nacional</p>



h) Região VIII: Rio Doce

Região principalmente agropecuária e de agroindústrias que se orientarão progressivamente à exportação, via portos do Espírito Santo e Sul da Bahia, reservando-se os mercados estadual e nacional à produção das regiões interiores.

REGIÃO VIII - RIO DOCE

Características de polarização	Centros principais	Atividades econômicas principais	Mercados
<p>região deverá criar novos polos em direção aos polos do Espírito Santo e Sul da Bahia, complementando os atuais fluxos longitudinais de comércio através da Rio-Bahia</p>	<p>-Governador Valadares, Teófilo Otoni, Nanuque, Caratinga, Conselheiro Pena</p>	<p>-Pecuária de corte ao norte e mista ao Sul -Suinocultura (no sul) -Produção de milho -Alguns núcleos especializados em reprodutores de raça zebuína -Agroindústria (milho, açúcar, laticínios, carne, curtume) -Reflorestamento para produção de carvão e celulose -Indústria tradicional diversificada</p>	<p>-Mercado nacional e exterior -Grande Rio de Janeiro mercado estadual -Estado e exterior -Estado, Norte e Nordeste país -Estado, Vitória e Grande Rio e Nordeste -Região I -Mercado local</p>
<p>-Refôrço do processo de bipolarização em torno de Governador Valadares e Teófilo Otoni, que desenvolve funções novas de coleta e industrialização de carne e milho para fins de exportação</p> <p>-Continuidade de seu intenso processo de urbanização em torno de alguns núcleos urbanos de tamanho médio</p>			

IV. MUDANÇAS QUANTITATIVAS NA ESTRUTURA
ECONÔMICA ESPACIAL E SETORIAL

INTRODUÇÃO

Primeiro: Este capítulo tem como objetivo fixar as primeiras orientações quantitativas para os setores. É preciso considerar que esta quantificação limita-se a medir e estabelecer ordens de grandeza de um conjunto de variáveis que representam as orientações qualitativas estabelecidas. Como norma de trabalho, foram especificadas as necessidades para se alcançar as metas da imagem-objetivo.

Cada setor deverá testar as cifras propostas considerando as possibilidades de alcançá-las, confirmando-as ou fazendo novas sugestões.

Este capítulo constitui, portanto, o início de um processo de aproximações sucessivas entre o modelo global e os sub-modelos setoriais.

Segundo: É necessário ter presente certas convenções adotadas.

- a) Setores urbanos; inclui os setores de mineração, manufatura, construção e serviços.
- b) Setores rurais; inclui os setores agropecuário, silvicultura e pesca.
- c) População urbana; é constituída pela população que habita em todas as cidades e nas sedes de distritos atuais que em 1960 contaram com 1.000 habitantes ou mais.
População rural; além de população rural, definida de acordo com o critério oficial adotado pelo IBGE, é considerada como rural também a população das sedes dos distritos atuais que em 1960 contaram com menos de 1.000 habitantes.
- d) População economicamente ativa, ocupação, desocupação e subocupação:
 - i) População economicamente ativa; compreende os ocupados e os desocupados de 10 anos e mais.
 - ii) População ocupada; inclui todas as pessoas de 10 anos e mais que realizam algum tipo de atividade remunerada, ou de remuneração imputada, qualquer que seja o grau de utilização de suas capacidades, ainda que a jornada de trabalho seja parcial ou os níveis de produtividade e renda sejam baixos.

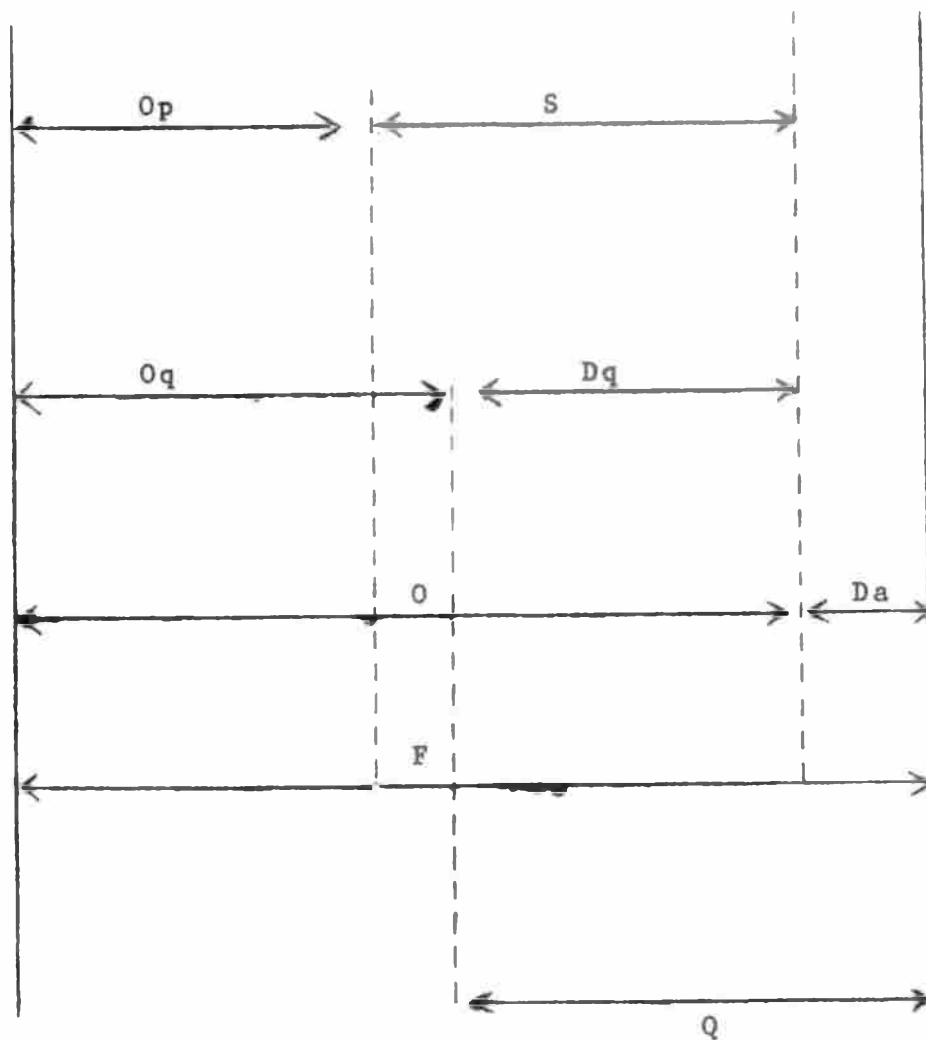
- iii) População plenamente ocupada; são aqueles integrantes da população ocupada e que têm um nível de produtividade e renda superior a um padrão "normativo", tomado como limite mínimo aceitável. Tal padrão admite variações regionais e setoriais.
- iv) População subocupada; são aquelas pessoas integrantes da população ocupada e que estão em atividades com produtividade e renda inferior ao nível normativo fixado.
- v) Ocupação equivalente; são os "postos" de trabalho que dispõe o sistema econômico num determinado período. Entende-se por postos de trabalho ou requerimento de mão de obra o equivalente à quantidade de trabalho que seria, dado um determinado nível tecnológico, eficientemente necessário e suficiente para alcançar certo nível de produção. O processo de medir a ocupação equivalente varia conforme o país ou região, o setor e os objetivos da própria política de desenvolvimento.
- vi) Desocupação equivalente; é o déficit de "postos" de trabalho produtivos necessários para dar plena ocupação a toda a população ocupada. Também pode se dizer que é o número de postos de trabalho necessários para eliminar a subocupação.
De modo que o número total de subocupados é sempre maior que a desocupação equivalente.
- vii) Desocupação aberta; inclui na população de 10 anos e mais duas categorias de pessoas:
 - as que já trabalharam e estão sem emprego
 - as que estão em busca de trabalhos pela primeira vez.
- viii) Desocupação total; é constituída pela soma da desocupação aberta mais a desocupação equivalente. Em outras palavras, significa o déficit de postos de trabalho produtivos para empregar toda a população economicamente ativa.

Terceiro: As fontes de informação dos dados de população e ocupação apresentados no documento, foram os Censos Demográficos de 1940 e 1950 e a Sinótese Preliminar do Censo Demográfico de 1960.

As cifras de 1950 e 1960 são originárias dos Censos ao passo que as de 1970-75-80-90 foram estimadas no GPC, sob orientação técnica do Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE).

No tocante as cifras de produto, os dados foram estimados no GPC, tendo como ponto de partida o documento de Valor agregado de Minas Gerais.

DEFINIÇÕES RELACIONADAS COM A OCUPAÇÃO



O_p = Ocupados plenos

F = População economicamente ativa

O = População ocupada

S = Subocupados

D_a = Desemprego aberto

O_q = Ocupados equivalentes

D_q = Desempregados equivalentes

Q = Desempregados

$d = \frac{D_a}{F}$; taxa de desemprego aberto

$d_q = \frac{D_q}{F}$; taxa de desemprego equivalente

$\frac{Q}{F}$ = Taxa de desemprego

1. Localização da população

Nesta parte se traduzem em ordens de grandeza as implicações das diretrizes preliminares da estratégia sôbre as mudanças na localização da população no espaço econômico, segundo sua distribuição por regiões e setores urbano e rural.

1. Localização da população

a) As mudanças durante o período 1950-1970

- Quadro 1: População por sexo e idade em 1950, 1960 e 1970
- Quadro 2: Estrutura e taxas de crescimento da população por sexo e idade em 1950, 1960 e 1970
- Quadro 3: População total, urbana e rural por regiões em 1950, 1960 e 1970
- Quadro 4: Grau de urbanização e taxas de crescimento por regiões em 1950, 1960 e 1970
- Quadro 5: Estrutura regional da população total, urbana e rural em 1950, 1960 e 1970
- Quadro 6: População economicamente ativa por sexo e idade em 1950, 1960 e 1970
- Quadro 7: Estrutura por idade da população economicamente ativa, 1950-60-70

Quadro 1

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE, 1950, 1960 E 1970
(Mil habitantes)

Faixas de idades	1 9 5 0			1 9 6 0			1 9 7 0		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-9	1.208	1.164	2.372	1.602	1.558	3.160	1.966	1.911	3.877
10-19	906	942	1.848	1.126	1.088	2.214	1.494	1.463	2.957
20-29	633	688	1.321	780	832	1.612	1.027	1.012	2.039
30-39	440	452	893	554	615	1.169	714	776	1.490
40-49	314	302	616	378	399	776	496	564	1.060
50-59	187	179	366	250	244	495	316	339	655
60-69	99	96	195	124	125	249	178	184	362
70 e mais	50	58	107	57	67	124	78	93	171
Estado	3.837	3.881	7.718	4.871	4.928	9.799	6.268	6.342	12.611

Fonte: 1950 - Censo Demográfico; 1960 e 1970 - CED/GPC, Dados demográficos de Minas Gerais.

Quadro 4

MINAS GERAIS: GRAU DE URBANIZAÇÃO E TAXAS DE CRESCIMENTO POR REGIÕES
1950, 1960, 1970

Regiões	1950			1960				1970					
	Urbana	Rural	Total	Taxa 1950-1960		Rural	Taxa 1960-1970		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
				Urbana	Rural		Urbana	Rural					
I	50.5	49.5	64.5	35.5	3.9	6.5	0.5	80.1	19.9	3.9	6.2	- 1.9	
II	27.2	72.8	34.2	65.8	1.5	3.9	0.5	43.5	56.5	1.5	4.0	0 0.0	
III	29.7	70.3	39.3	60.7	1.3	4.2	-0.2	52.5	47.5	1.3	4.3	- 1.1	
IV	33.3	66.7	48.3	51.7	2.4	6.3	-0.2	68.0	32.0	2.5	6.0	- 2.3	
V	23.3	76.7	35.3	64.7	1.8	6.1	0.1	52.3	47.7	1.9	7.9	- 1.2	
VI	14.8	85.2	18.7	81.3	3.6	6.1	3.1	23.2	76.8	3.7	5.9	3.1	
VII	14.4	85.6	18.0	82.0	1.6	3.9	1.2	22.4	77.6	1.6	3.9	1.1	
VIII	14.2	85.8	22.8	77.2	3.0	8.0	1.9	35.0	65.0	3.0	7.5	1.3	
Estado	28.1	71.9	38.2	61.8	2.4	5.6	0.9	51.1	48.9	2.6	5.6	0.2	

Quadro 6

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR IDADE E SEXO EM
1950, 1960 E 1970

(Mil habitantes)

Faixas de idade	1950 a/			1960			1970		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
10-19	904	689	215	1.104	856	248	1.469	1.135	334
20-29	710	614	96	873	757	116	1.138	996	142
30-39	481	433	48	610	545	65	785	703	82
40-49	336	305	31	408	367	41	490	432	58
50-59	190	174	16	255	233	22	324	294	30
60-69	91	83	8	114	104	10	164	149	15
70 e mais	35	31	4	40	35	5	54	48	6
Estado	2.747	2.329	418	3.404	2.897	507	4.424	3.757	667

a/ Foram somadas às informações do censo de 1950, sôbre ocupados por estrutura de idades, os desocupados. As taxas de participação resultante de cada estrato foram aplicadas sôbre os dados de população total de 1960 e 1970.

b) Projeções básicas para o período 1970-1990

- Quadro 8: População por sexo e taxas de crescimento para o período 1970-1975 e para os anos de 1980 e 1990
- Quadro 9: População por sexo e grupos de idade para 1975, 1980 e 1990
- Quadro 10: População por sexo e grupos de idade para o período 1970-1975
- Quadro 11: População total, urbana e rural para o período 1970-75 e os anos 1980 e 1990
- Quadro 12: População total, urbana e rural por regiões em 1970 e 1990 e suas taxas de crescimento
- Quadro 13: Grau de urbanização e estrutura regional da população em 1970 e 1990.

Quadro 8

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO POR SEXO PARA O PERÍODO 1970-1975
E PARA OS ANOS 1980 e 1990

(Mil habitantes)

Anos	Total	Homens	Mulheres
1970	12.611	6.268	6.342
1971	12.929	6.429	6.500
1972	13.256	6.595	6.661
1973	13.591	6.764	6.827
1974	13.944	6.946	6.998
1975	14.299	7.126	7.173
1980	16.257	8.087	8.170
1990	21.195 ^{a/}	10.597	10.598

(Taxas de crescimento)

1970-1975	2.6	2.6	2.5
1975-1980	2.6	2.6	2.6
1980-1990	2.7	2.7	2.7
1970-1990	2.6	2.7	2.6

a/ Informe demográfico, hipótese (a) com emigração a uma taxa de 1.0 por mil.

Quadro 9

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO POR SEXO E GRUPOS DE IDADES PARA 1975, 1980 E 1990
(Mil habitantes)

Faixas de idade	1975			1980			1990		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
0-9	4.289	2.180	2.109	4.745	2.416	2.329	6.093	3.113	2.980
10-19	3.284	1.668	1.616	3.682	1.862	1.820	4.579	2.326	2.253
20-29	2.386	1.199	1.187	2.792	1.401	1.391	3.557	1.793	1.764
30-39	1.688	827	861	1.914	958	956	2.665	1.331	1.334
40-49	1.207	569	638	1.376	653	723	1.799	895	904
50-59	774	366	408	917	425	492	1.218	573	645
60-69	426	205	221	502	235	267	734	331	403
70 e mais	244	111	133	330	137	193	550	235	315
Estado	14.299	7.126	7.173	16.257	8.087	8.170	21.195	10.597	10.598

Quadro 10

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, 1970 - 1975

(Mil habitantes)

Grupos de idade	1970			1971			1972			1973			1974			1975	
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H
	0-9	3.877	1.966	1.911	3.956	2.007	1.949	4.037	2.049	1.988	4.119	2.091	2.028	4.203	2.135	2.068	4.209
10-19	2.957	1.494	1.463	3.020	1.527	1.493	3.084	1.561	1.523	3.149	1.596	1.553	3.216	1.632	1.584	3.284	1.611
20-29	2.039	1.027	1.012	2.104	1.059	1.045	2.171	1.092	1.079	2.241	1.127	1.114	2.312	1.163	1.150	2.306	1.111
30-39	1.491	714	776	1.528	736	793	1.567	758	809	1.606	780	825	1.646	803	843	1.688	808
40-49	1.060	496	564	1.088	510	578	1.117	524	593	1.146	539	607	1.176	554	623	1.200	555
50-59	655	316	339	677	325	352	700	335	365	724	345	379	749	356	393	775	333
60-69	362	178	184	374	183	191	386	188	198	399	194	205	412	199	213	426	202
70 e +	171	78	93	182	82	100	194	87	107	207	92	115	229	105	124	244	111
Total	12.611	6.260	6.342	12.929	6.429	6.500	13.256	6.595	6.662	13.591	6.764	6.827	13.944	6.946	6.998	14.299	7.111

H = Homens

M = Mulheres

Quadro 11

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL
(Mil habitantes)

Anos	Total	Urbana	Rural	Total	Urbane	Rural
1970	12.611	6.449	6.162	100.0	51,1	48,9
1971	12.929	6.777	6.152	100.0	52,4	47,6
1972	13.256	7.115	6.141	100.0	53,7	46,3
1973	13.591	7.462	6.129	100,0	54,9	45,1
1974	13.944	7.828	6.116	100.0	56,1	43,9
1975	14.299	8.197	6.102	100.0	57,3	42,7
1980	16.257	10.257	6.000	100.0	63,1	36,9
1990	21.195	15.366	5.829	100.0	72,5	27,5

Quadro 12

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL POR REGIÕES EM 1970 E 1990
(Mil habitantes)

Regiões	1970			1990			Taxas de crescimento 70-90		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
I	2.943	2.356	587	5.894	5.366	528	3.5	4.2	- 0.5
II	1.822	792	1.030	2.181	1.500	681	0.9	3.2	- 2.0
III	2.035	1.068	967	2.899	2.000	899	1.8	3.2	- 0.4
IV	937	637	300	2.466	1.800	666	5.0	5.3	4.0
V	705	400	365	1.454	800	654	3.3	3.5	2.9
VI	1.152	270	892	3.134	2.000	1.134	5.1	10.5	1.2
VII	832	186	646	854	400	454	0.1	3.9	- 1.7
VIII	2.115	740	1.375	2.313	1.500	813	0.5	3.6	- 2.6
Estado	12.611	6.449	6.162	21.195	15.366	5.829	2.7	4.5	- 0.3

c) Localização da população no espaço econômico^{1/}

i) No espaço econômico rural

- Quadro 14: Localização da população rural e suas relações com as superfícies de baixa exploração em 1970
- Quadro 15: Estrutura da localização da população rural e suas relações com as superfícies de baixa exploração em 1970
- Quadro 16: Localização da população rural em 1990
- Quadro 17: Balanço em 1990 da localização populacional por regiões

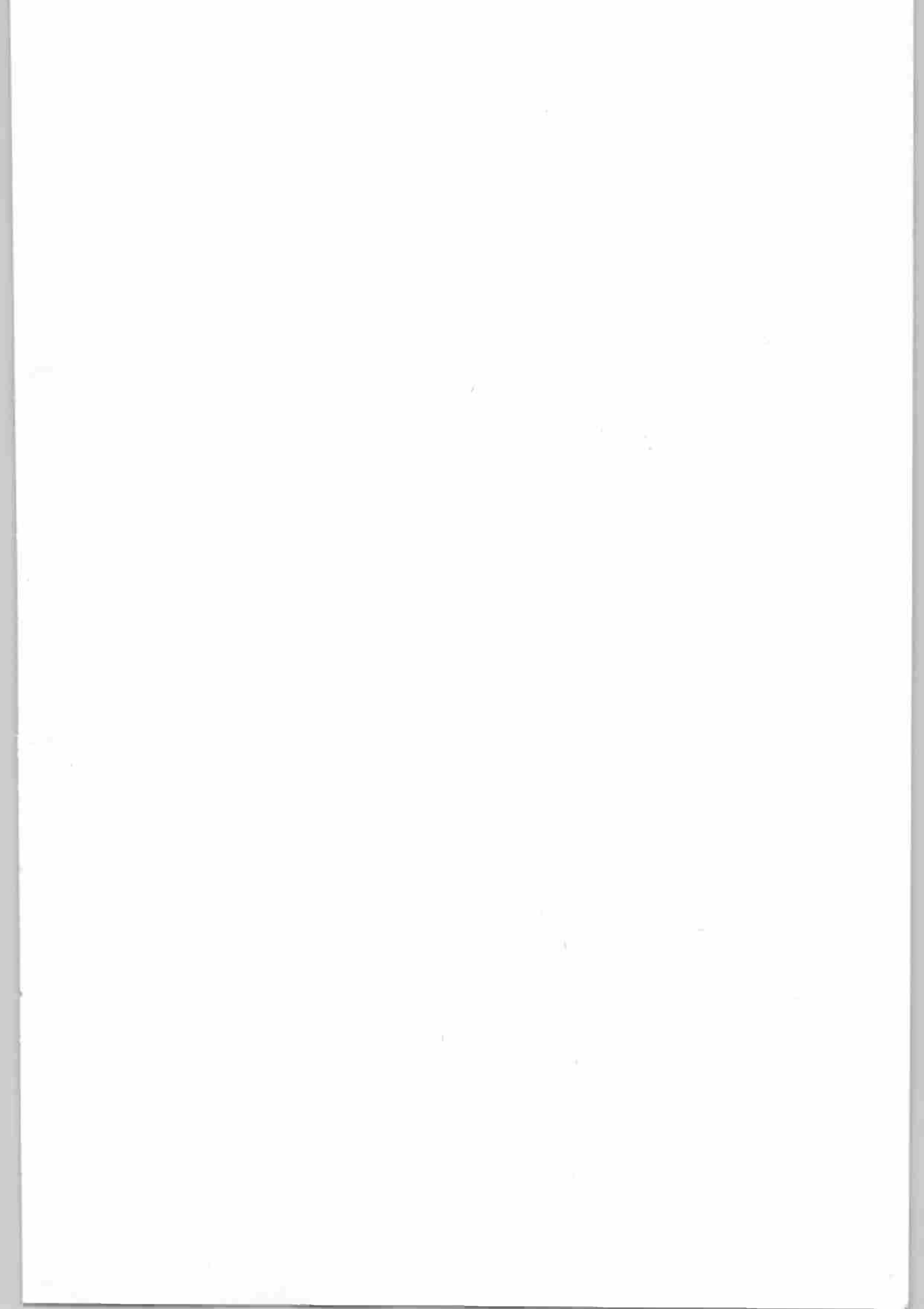
1/ Quadros obtidos do submodelo rural.

Quadro 14

MINAS GERAIS: LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E SUAS RELAÇÕES COM AS SUPERFÍCIES DE BAIXA EXPLORAÇÃO EM 1970

(Mil Km² e mil habitantes rurais)

Regiões	Área para agricultura			População rural			Relações básicas			
	Cultivada em 1970 a	Potencial do Estado b	Grau de utiliz. a/b	Total c	Agríc. Flores. d	Pecuária e	Hab. rural km ² d/a	Requerimento de mão de obra agropec. F	Excesso de mão de obra D-F	D/F
I	2.6	14.1	18.4	587	544	43	209	237	307	2.30
II	7.2	21.0	34.3	1.030	984	46	137	595	309	1.65
III	6.6	41.5	15.9	967	860	107	130	574	286	1.60
IV	5.8	43.5	13.3	300	247	53	43	394	- 147	0.63
V	3.2	39.1	8.2	365	315	50	98	248	67	1.27
VI	4.7	59.4	7.9	892	859	33	183	389	47	2.21
VII	1.1	20.4	5.4	646	627	19	570	103	524	6.09
VIII	5.0	39.5	12.7	1.375	1.326	49	265	435	891	3.05
Estado	36.2	273.6	13.0	6.162	5.762	400	159	2.975	2.787	1.94



Quadro 16

MINAS GERAIS: LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL EM 1990
(Mil Km² e mil habitantes rurais)

Regiões	Área para agricultura			Relação a/b	População rural			Relações básicas		
	Cultivada em 1990 a	Potencial do Estado b	Total c		Agrícola e florestal d	Pecuária e	d/a	Ocupação efetiva F	Ocupação (mil ocupações equival. eq. G	Ocupação Des ocupada H
I	4.5	14.1	528	414	114	92	188	167		
II	9.3	21.0	681	637	44	68	243	216		
III	9.2	41.5	899	799	100	87	321	284		
IV	9.1	43.5	666	580	86	64	238	211		
V	5.6	39.1	654	581	73	77	233	207		
VI	10.9	59.4	1.134	1.013	121	93	405	359		
VII	2.1	20.4	454	401	53	187	162	81		
VIII	8.7	39.5	813	758	55	87	290	257		
Estado	59.4	278.6	5.829	5.183	646	87	2.080	1.782		

ii) No espaço econômico urbano

- Quadro 18: Minas Gerais: Mudanças na localização da população urbana
- Quadro 19: Balanço de localização regional da população urbana e grau de absorção do incremento por regiões, 1970 e 1990
- Quadro 20: Minas Gerais: Urbanização, tamanhos de cidades por grandes extratos, 1970 e 1990

Quadro 18

MINAS GERAIS: MUDANÇAS NA LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA
(Mil habitantes)

Regiões	População urbana			Taxas 1970-90	Grau de urbanização		Mudanças regionais	
	1970	1990	1970-90		1970	1990	1970	1990
I	2.356	5.366	4.2	80.1	91.0	36.5	34.9	
II	792	1.500	3.2	43.5	68.8	12.2	9.8	
III	1.068	2.000	3.2	52.5	69.0	16.6	13.0	
IV	637	1.800	5.3	68.0	73.0	9.9	11.7	
V	400	800	3.5	52.3	55.0	6.2	5.2	
VI	270	2.000	10.5	23.2	63.8	4.2	13.0	
VII	186	400	3.9	22.4	46.8	2.9	2.6	
VIII	740	1.500	3.6	35.0	64.9	11.5	9.8	
Estado	6.449	15.366	4.5	51.1	72.5	100.0	100.0	

MINAS GERAIS: BALANÇO DE LOCALIZAÇÃO REGIONAL
DA POPULAÇÃO URBANA E GRAU DE ABSORÇÃO DO
INCREMENTO POR REGIÕES

Regiões	População Urbana			Absorção do Incremento Populacional
	1970	1990	Aumento 1970-90	
Regiões Altamente receptoras	3.263	9.166	5.903	5.3
1.- Região I	2.356	5.366	3.010	4.2
2.- Região VI	270	2.000	1.730	10.5
3.- Região IV	637	1.800	1.163	5.3
Regiões Receptoras	2.600	5.000	2.400	3.3
1.- Região III	1.068	2.000	932	3.2
2.- Região VIII	740	1.500	760	3.6
3.- Região II	792	1.500	708	3.2
Regiões Moderadamente Receptoras	586	1.200	614	3.6
1.- Região V	400	800	400	3.5
Região VII	186	400	214	3.9
E S T A D O	6.449	15.366	8.917	4.5
				100.0

Regiões	Extratos	1970			1990			Taxa 1970-90	
		Nº	Tamanho	%	Nº	Tamanho	%		
I	Mais de 500	1	1.558	66,1	1	3.400	63,4	1.558	4,0
	200 a 499				4	850	15,8	265	6,0
	100 a 199				8	660	12,3	290	4,2
	Resto		798	33,0		456	8,5	243	3,2
	Total		2.356	100,0		5.366	100,0	2.356	4,2
II	200 a 499				1	440	29,3	200	4,0
	100 a 199	1	200	25,3					
	Resto		592	74,7		1.060	70,7	592	3,0
	Total		792	100,0		1.500	100,0	792	3,2
III	200 a 499								
	100 a 199				4	500	25,0	190	5,0
	Resto		1.068	100,0		2.500	75,0	878	2,7
	Total		1.068	100,0		2.000	100,0	1.068	3,2
IV	200 a 499				2	730	40,5	250	5,5
	100 a 199	2	250	39,2	3	380	21,1	135	5,3
	Resto		387	60,8		690	38,4	252	5,2
	Total		637	100,0		1.800	100,0	637	5,3
V	200 a 499								
	100 a 199				1	150	18,8	60	4,7
	Resto		400	100,0		650	81,2	340	3,3
	Total		400	100,0		800	100,0	400	3,5
VI	200 a 499				2	800	40,0	105	10,7
	100 a 199				3	345	17,2	45	10,7
	Resto		270	100,0		855		120	10,3
	Total		270	100,0		2.000	100,0	270	10,5
VII	200 a 499								
	100 a 199								
	Resto		186	100,0		400	100,0	186	3,9
	Total		186	100,0		400	100,0	186	3,9
VIII	200 a 499				1	360	24,0	150	4,5
	100 a 199	1	150	20,3	3	400	26,7	155	4,6
	Resto		590	79,7		740	49,3	425	2,8
	Total		740	100,0		1.500	100,0	740	3,6
Total	Mais de 500	1	1.558		1	3.400		1.558	4,0
	200 a 499				10	3.180		970	6,1
	100 a 199	4	600		22	2.435		835	5,2
	Resto		4.291			6.351		3.036	3,8
	Total		6.449	100,0		15.366	100,0	6.449	4,5

iii) Síntese comparativa do espaço econômico para os períodos 1950-1970 e 1970-1990

-Quadro 21: Incrementos populacionais nos períodos 1950-1970 e 1970-1990

-Quadro 22: Mudanças regionais na participação dos incrementos populacionais nos períodos 1950-1970 e 1970-1990

-Gráfico 1: População urbana e rural em 1970 e 1990

Quadro 21

MINAS GERAIS: INCREMENTOS POPULACIONAIS NOS PERÍODOS 1950-70 e 1970-1990
(mil hab)

Códigos	TOTAL													
	URBANO			RURAL			RURAL							
	1950	1970	1990	Saldo Líquido	1950-70	1970-90	1950	1970	1990	Saldo Líquido	1950-70	1990		
I	1.362	2.943	5.894	1.580	2.951	688	2.356	5.366	1.688	3.010	675	587	528	-88
II	1.342	1.822	2.181	480	359	365	792	1.500	427	708	977	1.030	681	53
III	1.558	2.035	2.899	477	864	462	1.068	2.000	606	932	1.096	967	899	-129
IV	579	937	2.466	357	1.529	193	637	1.800	444	1.163	387	300	666	-87
V	533	765	1.454	232	689	124	400	800	276	400	409	365	654	-44
VI	569	1.162	3.134	593	1.972	84	270	2.000	186	1.730	485	892	1.134	407
VII	605	832	854	228	22	87	186	400	99	214	517	646	454	129
VIII	1.170	2.115	2.313	945	198	166	740	1.500	574	760	1.004	1.375	813	371
IX	7.718	12.611	21.195	4.893	8.584	2.169	6.449	15.366	4.280	8.917	5.549	6.162	5.829	613

Quadro 22

MINAS GERAIS: MUDANÇAS REGIONAIS NA PARTICIPAÇÃO DOS INCREMENTOS POPULACIONAIS NOS PERÍODOS 1950-70 E 1970-90

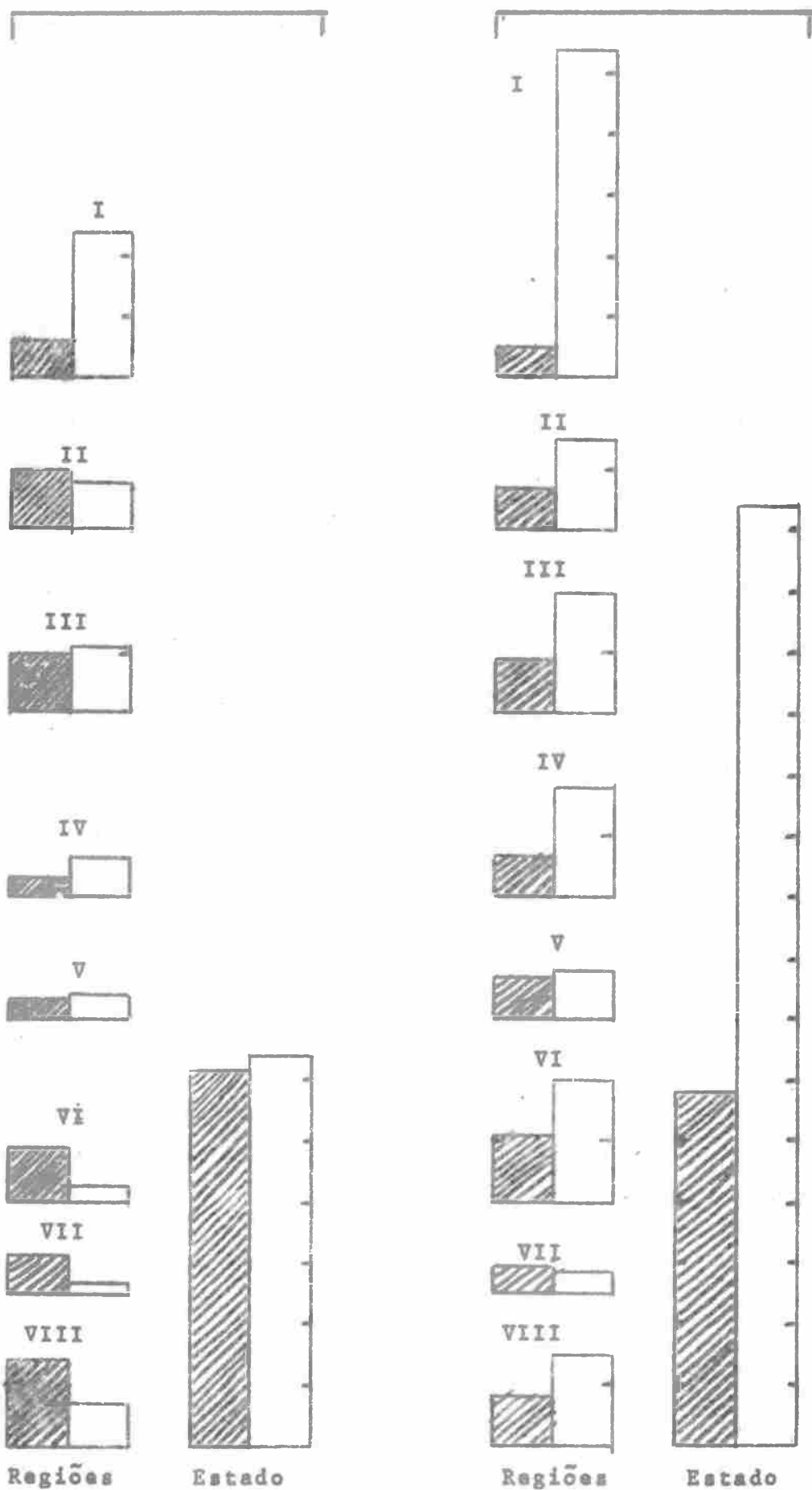
(Estrutura em relação ao Estado)



Regiões	1950 - 1970		1970 - 1990		Coeficiente de absorção no período 1970-90 e 1950-70 = 1,00	
	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
I	32.3	39.0	34.4	33.8	1.07	0.87
II	9.8	10.0	4.2	7.9	0.43	0.79
III	9.7	14.2	10.1	10.5	1.04	0.74
IV	7.3	10.4	17.8	13.0	2.44	1.25
V	4.7	6.4	8.0	4.5	1.70	0.70
VI	12.1	4.3	23.0	19.4	1.90	4.5
VII	4.7	2.3	0.3	2.4	0.06	1.04
VIII	19.3	13.4	2.3	8.5	0.12	0.63
Estado	100.0	100.0	100.0	100.0	1.00	1.00

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM 1970 E 1990

1970

1990



 = Um milhão habitantes rurais
 = Um milhão habitantes urbanos

2. Magnitudes econômicas da estratégia

Nesta parte se traduzem em ordens de grandeza as implicações das diretrizes preliminares da estratégia sobre as metas de crescimento global, setorial e por regiões, bem como os objetivos de renda per capita rural e urbana, segundo as regiões.

2. Magnitudes econômicas da estratégia

a) Metas de crescimento global para 1990

Quadro 23: Crescimento e estrutura do produto em 1970 e 1990

Quadro 24: Distribuição do produto global e setorial em 1970 e 1990

Quadro 25: Taxas de crescimento do produto global e setorial por regiões no período 1970-1990

Quadro 26: Estrutura por regiões do produto global e setorial em 1970 e 1990

Quadro 27: Estrutura do produto global e setorial por região

Quadro 28: Indicadores das mudanças de estrutura setorial e regional do produto.

MINAS GERAIS: CRESCIMENTO E ESTRUTURA DO PRODUTO
EM 1970 e 1990

Setores	1 9 7 0		1 9 9 0		Taxas de crescimento
	Milhões Cr\$	%	Milhões Cr\$	%	
Agropecuário	3.206	17,6	8.387	11,9	4.9
Agrícola	1.477	8,1	3.844	5,4	4.9
Pecuário	1.729	9,5	4.543	6,5	5.0
Não Agropecuário	15.013	82,4	62.039	88,1	7.4
Mineração	1.442	7,9	3.160	4,5	4.0
Manufatura	431	22,9	21.221	30,1	8.5
Construção	840	4,6	3.605	5,1	7.6
Serviços	8.550	47,0	34.053	48,4	7.2
T O T A L	18.219	100,0	70.426	100,0	7.0

Nota metodológica:

1. Produto total como meta
2. O crescimento agropecuário foi obtido do sub-módulo rural.
3. Mineração foi calculado exógenamente em função das potencialidades dos principais minerais.
4. Indústria foi calculada em função da elasticidade com o produto total.
5. Construção - calculado em relação ao crescimento dos serviços e da manufatura.
6. Os serviços foram calculados considerando uma quantidade necessária de serviços por habitante.

MINAS GERAIS: DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO GLOBAL E
 SETORIAL EM 1970 e 1990
 (milhões de ruzeiros de 1970)

Regiões e Estado	R U R A L			U R B A N O				Total
	Agrícola	Pecuario	Total	Mineração	Manufatura	Construção	Serviços	
1 9 7 0								
I	152	157	309	1.429	2.936	297	4.557	9.219
II	178	231	409	5	410	109	866	1.390
III	272	340	612	6	392	144	1.017	1.559
IV	231	236	467	1	182	84	622	889
V	197	161	358	1	70	50	385	506
VI	194	193	387	-	87	38	364	489
VII	76	103	179	-	20	26	180	226
VIII	177	308	485	-	84	92	559	735
Estado	1.477	1.729	3.206	1.441	4.181	840	8.550	15.013
1 9 9 0								
I	403	655	1.058	3.129	12.267	1.580	15.913	32.889
II	351	379	730	11	2.016	314	2.866	5.207
III	577	515	1.092	13	2.695	454	4.084	7.246
IV	551	606	1.177	2	1.358	353	3.054	4.767
V	522	419	941	2	509	169	1.499	2.179
VI	844	900	1.744	1	1.485	397	3.561	5.444
VII	125	471	596	1	212	68	632	913
VIII	471	578	1.049	1	679	270	2.444	3.394
Estado	3.844	4.543	8.387	3.160	21.221	3.605	34.053	62.039

Quadro 25

MINAS GERAIS: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO GLOBAL E
SETORIAL POR REGIÕES NO PERÍODO 1970-1990

Regiões	Rural			Urbano					Total geral
	Agrícola	Pecuária	Total	Minera- ção	Manufatu- ras	Constr.	Serviços	Total	
I	5.0	7.4	6.4	4.0	7.4	8.7	6.5	6.6	6.6
II	4.7	2.6	2.9	4.0	8.3	5.4	6.2	6.8	6.2
III	3.7	2.1	2.9	4.0	10.1	5.9	7.2	8.0	7.0
IV	4.4	5.0	4.7	4.0	10.6	7.4	8.3	8.8	7.7
V	5.0	4.9	5.0	-	10.4	6.3	7.0	7.6	6.6
VI	7.6	8.0	7.8	-	15.2	12.4	8.1	12.8	11.1
VII	2.5	7.9	6.2	-	12.5	4.9	6.5	7.2	6.8
VIII	5.0	3.2	3.9	-	11.0	5.5	7.6	8.0	6.7
Estado	4.9	5.0	4.9	4.0	8.5	7.6	7.2	7.4	7.0

MINAS GERAIS - ESTRUTURA DO PRODUTO GLOBAL E SETORIAL POR REGIÃO

(em % sobre total)

Regiões	RURAL			URBANO				Total Geral	
	Agrícola	Pecuario	Total	Mineracão	Manufatura	Construção	Serviços		Total
1 9 7 0									
I	1,6	1,6	3,2	15,0	30,8	3,1	47,8	96,8	100,0
II	9,9	12,8	22,7	0,3	22,8	6,1	48,1	77,3	100,0
III	12,5	15,7	28,2	0,3	18,1	6,6	46,8	71,8	100,0
IV	17,0	17,4	34,4	0,1	13,4	6,2	45,9	65,6	100,0
V	22,8	18,6	41,4	0,1	8,1	5,8	44,6	58,6	100,0
VI	22,1	22,1	44,2	-	9,9	4,3	41,5	55,8	100,0
VII	18,8	25,4	44,2	-	5,0	6,4	44,5	55,8	100,0
VIII	14,5	25,2	39,7	-	6,9	7,5	45,8	60,3	100,0
Total	8,1	9,5	17,6	7,9	22,9	4,6	43,0	82,4	100,0
1 9 9 0									
I	1,2	1,9	3,1	9,2	36,1	4,7	46,9	96,9	100,0
II	5,9	6,4	12,3	0,2	34,0	5,3	48,3	87,7	100,0
III	6,9	6,2	13,1	0,1	32,3	5,4	49,0	86,9	100,0
IV	9,3	10,5	19,8	0,1	22,8	5,9	51,4	80,2	100,0
V	16,8	13,4	30,2	0,1	16,3	5,4	48,0	69,8	100,0
VI	11,8	12,5	24,3	0,1	20,7	5,5	49,5	75,7	100,0
VII	8,3	31,2	39,5	0,1	14,0	4,5	41,9	60,5	100,0
VIII	10,6	12,6	23,6	0,1	15,3	6,1	55,0	76,4	100,0
Total	5,4	6,5	11,9	4,5	30,1	5,1	48,4	88,1	100,0

MINAS GERAIS: INDICADORES DAS MUDANÇAS DE ESTRUTURA SETORIAL E REGIONAL DO PRODUTO

Regiões	Crescimento em cada setor <u>a/</u>				Crescimento em cada região <u>b/</u>			
	Rural		Urbano		Rural		Urbano	
	Agropecuário	Manufatura	Manufatura	Serviços	Agropecuário	Manufatura	Serviços	Total
I	1,31	0,82	0,88	0,86	1,03	1,17	0,98	1,00
II	0,69	0,97	0,71	0,90	0,54	1,49	1,00	1,13
III	0,68	1,35	1,01	1,13	0,46	1,78	1,05	1,21
IV	0,96	1,49	1,23	1,31	0,53	1,70	1,12	1,22
V	1,00	1,41	0,98	1,03	0,73	2,01	1,08	1,19
VI	1,72	3,33	2,44	2,64	0,55	2,09	1,19	1,36
VII	1,27	2,00	0,61	1,00	0,89	2,80	0,94	1,08
VIII	0,83	1,56	0,68	1,12	0,59	2,22	1,20	1,27
TOTAL	1,00	1,00	1,00	1,00	0,68	1,31	1,03	1,07

a/ Crescimento relativo de cada setor por regiões, em relação a média do Estado.

b/ Crescimento relativo de cada região por setores em relação a média da região.

b) Redução das diferenças entre a renda urbana e a rural em 1990

- Quadro 29: Crescimento do produto por habitante total, urbano e rural
- Quadro 30: Redução das diferenças entre a renda média urbana e a rural em 1990, em cada região
- Gráfico 2: Relação entre as rendas médias urbana e rural por regiões em 1970 e 1990
- Quadro 31: Redução das diferenças de renda por habitante urbano e rural entre regiões
- Gráfico 3: Redução das diferenças de renda por habitante urbano e rural entre regiões
- Quadro 32: Esforço de capitalização nos próximos vinte anos
- Quadro 33: Gasto do produto em 1970 e 1990
- Quadro 34: Relações por habitante total e por ocupado

Quadro 29

MINAS GERAIS: CRESCIMENTO DO PRODUTO POR HABITANTE TOTAL,
URBANO E RURAL

Regiões	1 9 7 0		1 9 9 0		1 9 9 0		1 9 9 0		Taxas 1970-1990	
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
I	3.238	3.913	526	5.760	6.129	2.004	3.0	2.3	6.9	3.0
II	987	1.755	397	2.722	3.471	1.072	5.2	3.5	5.1	5.2
III	1.067	1.466	633	2.876	3.623	1.215	5.1	4.7	3.3	5.1
IV	1.447	1.396	1.557	2.410	2.648	1.767	2.6	3.3	0,6	2.6
V	1.129	1.265	981	2.146	2.724	1.439	3.3	3.9	1.9	3.3
VI	754	1.811	434	2.294	2.722	1.538	5.7	2.1	6.5	5.7
VII	487	1.215	277	1.767	2.283	1.313	6.7	3.2	8.1	6.7
VIII	577	993	353	1.921	2.263	1.290	6.2	4.2	6.7	6.2
Estado	1.445	2.328	520	3.323	4.037	1.439	4.3	2.2	5.2	4.3

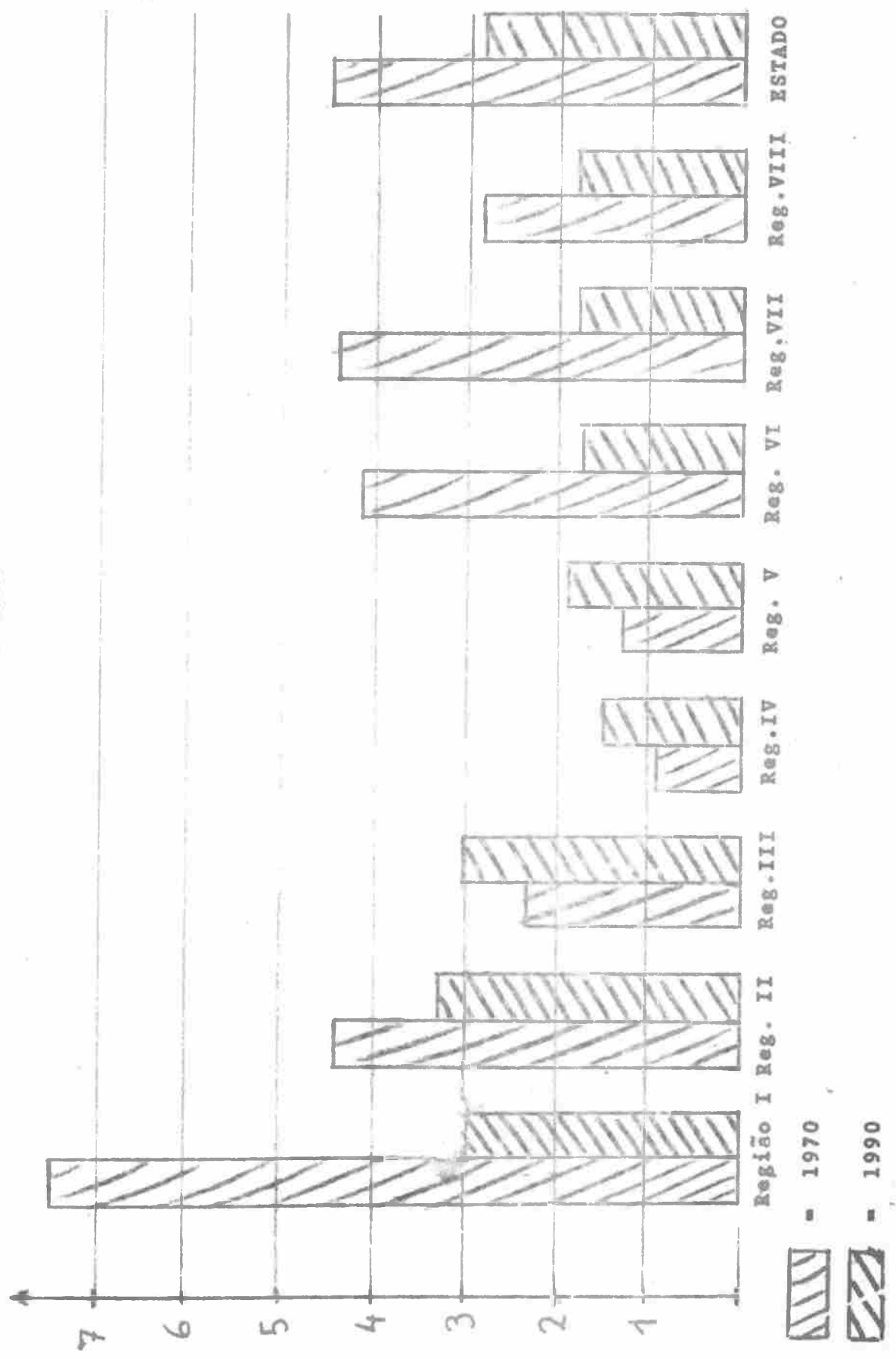
Quadro 30

MINAS GERAIS: REDUÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE A RENDA MÉDIA URBANA E A RURAL, EM 1990 EM CADA REGIÃO

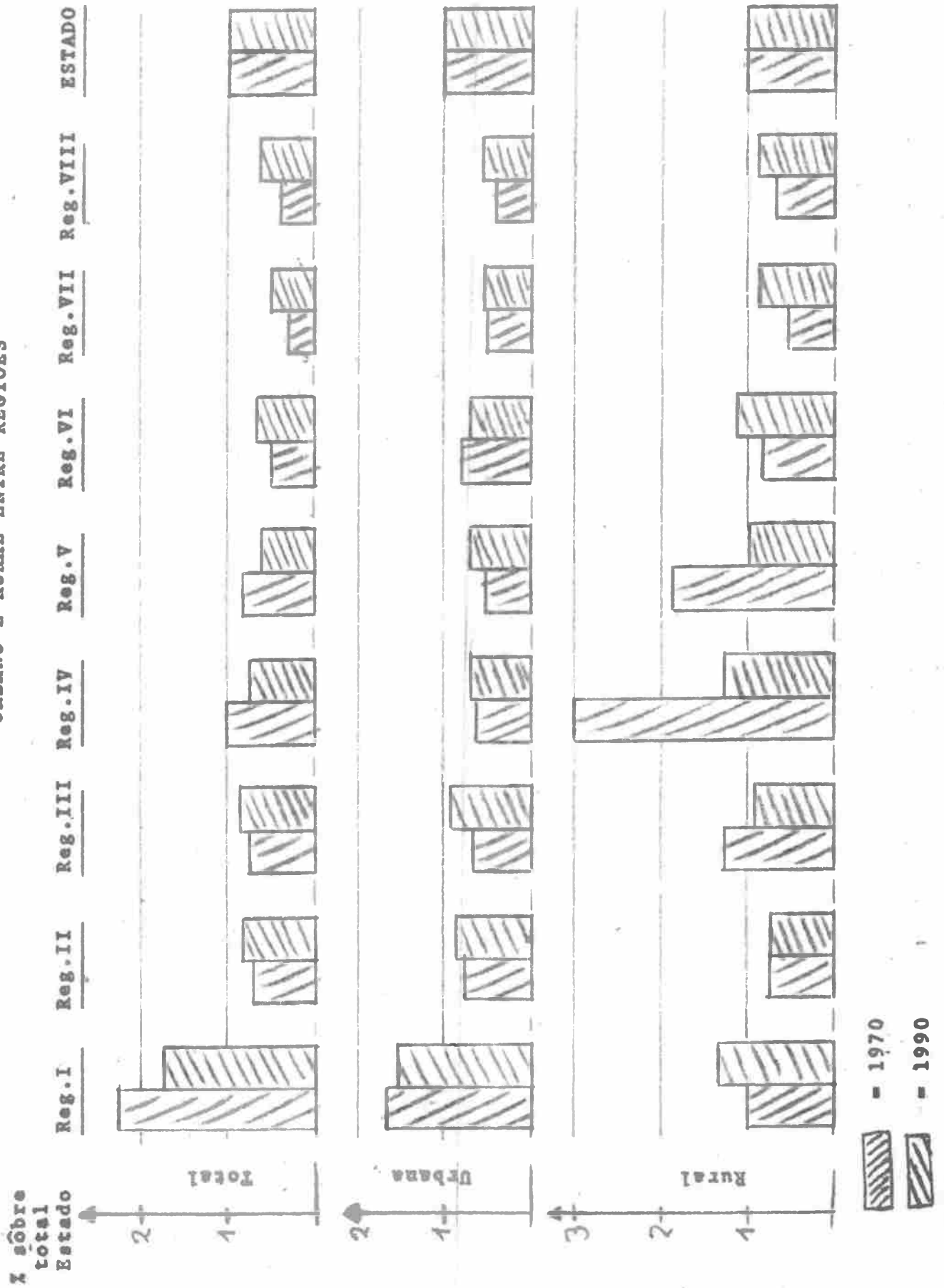
Municípios	Com relação a média de cada região						Renda Urbana	
	1970			1990			Renda Rural	
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	1970	1990
	1.00	1.21	0.16	1.00	1.06	0.35	7.6	3.0
	1.00	1.78	0.40	1.00	1.28	0.39	4.5	3.3
	1.00	1.37	0.59	1.00	1.26	0.42	2.3	3.0
	1.00	0.96	1.08	1.00	1.10	0.73	0.9	1.5
	1.00	1.12	0.87	1.00	1.27	0.67	1.3	1.9
	1.00	2.40	0.58	1.00	1.19	0.67	4.1	1.8
	1.00	2.49	0.57	1.00	1.29	0.74	4.4	1.7
	1.00	1.72	0.61	1.00	1.18	0.67	2.8	1.8
do	1.00	1.61	0.36	1.00	1.21	0.43	4.5	2.8

Gráfico 2

MINAS GERAIS: RELAÇÃO ENTRE AS ZONAS MÉDIAS URBANA E RÚRICA POR REGIÃO EM 1970 E 1990



MINAS GERAIS: REDUÇÃO DAS DIFERENÇAS DE RENDA POR HABITANTE URBANO E RURAL ENTRE REGIÕES



MINAS GERAIS: ESFORÇO DE CAPITALIZAÇÃO NOS PRÓXIMOS VINTE ANOS ^{1/}

(Milhões - Cr\$ de 1.970)

Anos	Capital	Produto Total	Inversã Bruta	Capital/Produto	Coef Inv
1970	32.794	18.219	2.868	1.80	1
1971	35.102	19.494	3.092	1.80	1
1972	37.595	20.859	3.342	1.80	1
1973	40.285	22.318	3.611	1.81	1
1974	43.188	23.881	3.902	1.81	1
1975	46.318	25.540	4.214	1.81	1
1980	66.305	35.840	6.272	1.85	1
1990	140.091	70.426	14.085	2.00	2

^{1/} Estes cifras constituem uma primeira aproximação de estimativa de capitalização nos próximos vinte anos por objetivo dar uma idéia de grandeza, visto que o dado do ano base foi estimado com cifras preliminares que deverão ser revistas nos próximos meses.

Quadro 33

MINAS GERAIS: GASTO DO PRODUTO EM 1970 E 1990

(Milhões de Cr\$ de 1970)

	1 9 7 0		1 9 9 0		Taxas de crescimento
		%		%	
<u>Consumo total</u>	14.989	82.3	49.298	70.0	6.1
-Consumo famílias	13.741	75.4	43.482	61.7	6.0
-Consumo Governo	1.248	6.9	5.816	8.3	8.0
<u>Inversão bruta</u>	2.868	15.7	14.085	20.0	8.3
-Privada	2.130	11.7	9.949	14.1	8.0
-Pública	738	4.0	4.136	5.9	9.0
<u>Saldo balança comercial</u>	362	2.0	7.043	10.0	-
<u>Produto</u>	18.219	100.0	70.426	100.0	7.0

Quadro 34

MINAS GERAIS: RELAÇÕES POR HABITANTE TOTAL E POR OCUPADO

(Cr\$ de 1970)

	1970	1990
Produto por habitante	1.445	3.323
Consumo total por habitante	1.189	2.326
-Famílias	1.090	2.052
-Govêrno	99	274
Ocupação mil habitantes	4.247	7.276
Capital por habitante ocupado (em Cr\$)	7.722	19.254
Ocupação equivalente (mil ha- bitantes)	2.325	6.447
Capital por ocupado equivalente (em Cr\$)	14.105	21.729

3. Redução da marginalidade

Nesta parte se traduzem em ordens de grandeza as implicações das diretrizes preliminares da estratégia sobre as metas de redução da marginalidade, sob a ótica dos setores e regiões estratégicos para a criação de emprêgos produtivos.

3. Redução da marginalidade

a) Situação atual e metas globais para 1990

-Quadro 35: Ocupação e desocupação por setores em 1970 e 1990

-Quadro 36: Estrutura da ocupação e da desocupação por setores em 1970 e 1990

QUADRO 35

ALIAS G. RAIS - OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO, POR SETOR.S, EM 1970 E 1990
(1.000 Homens Ano)

	R U R A L		U R B A N O				Total		
	Agrícola	Pecuário	Total	mine- ração	Manufa- tura	Cons- trução		Serviços	
1 Ocupação	2.056	143	2.199	71	296	195	1.486	2.048	4.24
2 Ocupação Equi- valente			1.068	65	224	147	821	1.257	2.32
3=1-2 Desocupação quivalente			1.131	6	72	48	665	791	1.92
4 Ocupação Plena			950	44	134	123	278	629	1.57
5=1-4 Subocupação			1.249	27	112	72	1.200	1.419	2.66
6 Desocupação Aberta									17
7=3+6 Desocupação Total									2.09
8=1+7 População eco- nomicamente a- tiva									4.42
9 Ocupação	1.850	230	2.080	87	686	413	4.010	5.196	7.27
10 Ocupação Equi- valente			1.782					4.865	6.44
11=9-10 Desocupação E- quivalente			298					531	82
12 Desocupação Aberta									38
13=11+12 Desocupação Total									1.21
14=9+13 População Eco- nomicamente a- tiva									7.65

1970

1990

MINAS GERAIS - ESTRUTURA DA OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO POR SETORES EM 1970 e 1990
(Em %)

	Rural			Urbano				Total Geral
	Agrícola	Pecuario	Total	Mineração	manufatura	Construção	Serviços	
1970	48,4	3,4	51,8	1,7	6,9	4,6	35,0	48,2
			46,0	2,8	9,6	6,3	35,3	54,0
			58,9	0,3	3,7	2,5	34,6	41,1
			60,1	2,8	11,7	7,8	17,6	39,9
			46,8	1,0	4,2	2,7	45,3	53,2
1990	25,4	3,2	28,6	1,2	9,4	5,7	55,1	71,4
			27,6					72,4
			36,0					64,0

TAXAS DE CRESCIMENTO (Em % acumulativos anuais)

1970/90	-0,5	2,4	-0,3	1,0	4,3	3,8	5,1	4,8
			2,4					6,8

	Total	Urbana	Rural	Desocupa- ção Aberta	Desocupa- ção Total	Pop. econô- micamente Ativa
1970	100,0	48,2	51,8			
	100,0	54,1	45,9			
	43,4	17,9	25,5	5,0	48,4	100,0
1990	100,0	71,4	28,6			
	100,0	72,4	27,6			
	10,8	6,9	3,9	5,0	15,8	100,0

b) Atenuação dos desequilíbrios inter-regionais

-Quadro 37: Ocupação e desocupação por regiões e setores em 1970 e 1990

-Quadro 38: Estrutura regional da ocupação e desocupação por setores, 1970 e 1990

c) As diferenças de produtividade entre regiões, urbana e rural

-Quadro 39: Produtividade urbana e rural por regiões em 1970 e 1990

-Quadro 40: Taxas de crescimento 1970-1990

-Quadro 41: Produtividades relativas em 1970 e 1990

MINAS GERAIS: PRODUTIVIDADE URBANA E RURAL POR REGIÕES EM
1970 E 1990
(Em Cr\$ de 1970)

ANOS	REGIÕES	PRODUTIVIDADE TOTAL			PRODUTIVIDADE EQUIVALENTE		
		TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
1970	I	9.843	12.146	1.478	17.199	19.825	3.472
	II	3.156	5.505	1.270	5.140	9.456	2.015
	III	3.097	4.797	1.774	5.428	8.427	2.847
	IV	4.550	4.559	4.534	4.913	6.585	3.312
	V	3.362	3.922	2.797	4.881	6.096	3.809
	VI	1.372	3.800	1.141	4.018	5.821	2.888
	VII	1.191	3.587	646	5.260	5.947	4.590
	VIII	1.805	3.675	1.019	4.469	6.125	3.170
	Estado	4.290	7.331	1.458	7.836	11.944	3.002
1990	I	16.948	18.121	5.628	19.510	20.908	6.335
	II	7.916	10.270	3.004	8.848	11.444	3.380
	III	8.363	10.719	3.402	9.358	11.937	3.845
	IV	7.018	7.828	4.945	7.842	8.715	5.578
	V	6.190	8.041	4.039	6.667	8.349	4.546
	VI	6.649	8.053	4.306	7.401	8.969	4.858
	VII	5.081	6.763	3.679	7.051	6.839	7.358
	VIII	5.575	6.694	3.617	6.012	7.044	4.082
	Estado	9.679	11.940	4.032	10.924	13.299	4.707

Quadro 40

MINAS GERAIS: TAXAS DE CRESCIMENTO 1970-1990

Regiões	Produtividade Total			Produtividade Ecuiv.		
	Total	Urbane	Rural	Total	Urbane	Rural
I	2.8	2.0	6.9	0.6	0.3	3.0
II	4.7	3.1	4.4	2.8	1.0	2.7
III	5.1	4.1	3.3	2.8	1.8	1.5
IV	2.2	2.7	0.4	2.4	1.4	2.6
V	3.1	3.7	1.8	1.6	1.6	0.9
VI	6.6	3.8	6.9	3.1	2.2	2.6
VII	7.5	3.2	9.1	1.5	0.7	2.4
VIII	5.8	3.0	6.5	1.5	0.7	1.3
Estado	4.2	2.5	5.2	1.7	0.5	2.3

Quadro 41

ÍNDICES GERAIS - PRODUTIVIDADES RELATIVAS

N O S	Regiões	PRODUTIVIDADE TOTAL						Produtividade equivalente		
		Sobre média regional			Sobre média Estadual			Sobre média Regional		
		Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1970	I	1,00	1,23	0,15	2,29	1,66	1,02	1,00	1,15	0,20
	II	1,00	1,46	0,40	0,74	0,76	0,87	1,00	1,84	0,39
	III	1,00	1,55	0,57	0,72	0,65	1,22	1,00	1,55	0,52
	IV	1,00	1,00	1,00	1,06	0,62	3,12	1,00	1,34	0,67
	V	1,00	1,17	0,83	0,78	0,53	1,93	1,00	1,25	0,78
	VI	1,00	2,03	0,61	0,44	0,52	0,79	1,00	1,45	0,72
	VII	1,00	3,01	0,54	0,28	0,49	0,44	1,00	1,13	0,87
	VIII	1,00	2,04	0,56	0,42	0,50	0,70	1,00	1,37	0,71
Estado	1,00	1,71	0,34	1,00	1,00	1,00	1,00	1,52	0,38	
1990	I	1,00	1,06	0,33	1,75	1,52	1,40	1,00	1,07	0,32
	II	1,00	1,30	0,38	0,82	0,86	0,74	1,00	1,29	0,38
	III	1,00	1,28	0,41	0,86	0,90	0,84	1,00	1,28	0,41
	IV	1,00	1,12	0,70	0,72	0,66	1,23	1,00	1,11	0,71
	V	1,00	1,30	0,65	0,64	0,67	1,00	1,00	1,25	0,68
	VI	1,00	1,21	0,65	0,69	0,63	1,07	1,00	1,21	0,66
	VII	1,00	1,33	0,72	0,52	0,57	0,91	1,00	0,97	1,04
	VIII	1,00	1,20	0,65	0,58	0,56	0,90	1,00	1,17	0,68
Estado	1,00	1,23	0,42	1,00	1,00	1,00	1,00	1,22	0,43	